



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**

**CENTRO DE EDUCAÇÃO**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM  
EDUCAÇÃO**



**CURSO DE EXTENSÃO**  
**POBREZA E EDUCAÇÃO: UM DIÁLOGO NECESSÁRIO**

**Denise Pinheiro Quadros**

**Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Renata Duarte Simões**

*Agradeço a participação e o empenho dos colegas que abraçaram comigo esse pensar dialógico em prol dos sujeitos empobrecidos.*

## APRESENTAÇÃO

O Curso/Formação intitulado “Pobreza e Educação: um diálogo necessário” faz parte do produto educacional (intervenção social) que integra a dissertação “Democratização do ensino e Educação de Jovens e Adultos na escola Admardo Serafim de Oliveira: possibilidades de enfrentamento da pobreza e da desigualdade social”, requisito do Mestrado Profissional em Educação, do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo.

# CURSO/FORMAÇÃO

## Pobreza e Educação: Um diálogo necessário

**Data:** Out. 19 à Abr. 20, 18h às 22h  
**Local:** EMEF EJA “Prof. ASO”  
**Carga horária:** 80 horas

**INSCRIÇÃO pelo LINK**

<https://forms.gle/E4SbGJmNhcU6LLuu7>

**Período:** 02 a 11 de out. de 2019

Certificação via PROEX/Ufes

### Convidad@s

Prof.<sup>a</sup> Ma. Ana Maria Petronetto Serpa  
 Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marlene de Fátima Cararo  
 Prof. Me. João José Barbosa Sana  
 Prof. Dr. Eduardo Augusto Moscon Oliveira  
 Prof. Dr. Itamar Mendes da Silva  
 Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Renata Duarte Simões

**Mediação :** Mestranda Denise Pinheiro Quadros e  
 Orientadora Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Renata Duarte Simões

**Apoio:** PPGMPE - Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Educação  
 GEEPDS - Grupo de Estudo em Educação, Pobreza e Desigualdade Social  
 LAGEBES - Laboratório de Gestão da Educação Básica do Espírito Santo



Educação, Pobreza e  
Desigualdade Social



O curso em questão intencionou proporcionar aos profissionais que atuam na Educação Básica da EMEF EJA “Professor Admardo Serafim de Oliveira”, localizada no Município de Vitória-ES, e demais sujeitos escolares dessa unidade, o fomento ao debate sobre pobreza e desigualdade social, de modo a contribuir com o processo de democratização do ensino, no sentido de garantir não só o acesso, mas também a permanência e a qualidade.

Nesse sentido, apresentamos a organização do Curso/Formação em suas diferentes etapas – divulgação, inscrição, encontros realizados e finalização do projeto que teve como

ponto auge de conclusão os textos produzidos pelos participantes e a avaliação do Curso realizada em nosso último encontro.

Ao longo do processo, foi possível observar o engajamento dos participantes, por meio do envolvimento nas discussões e pelos relatos dos trabalhos desenvolvidos com os alunos e demais sujeitos da escola, registrando o crescimento pessoal e profissional do grupo.

## **OBJETIVO GERAL**

- Oferecer formação aos profissionais que atuam na Educação Básica da EMEF EJA “Professor Admardo Serafim de Oliveira”, localizada no Município de Vitória-ES, e demais sujeitos escolares dessa unidade, fomentando o debate sobre pobreza e desigualdade social, de modo a contribuir com o processo de democratização do ensino.

## **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Promover encontros para diálogo e debates (pesquisa-formação) sobre a temática da pobreza, a fim de problematizar o investimento em ações coletivas para enfrentamento dessa condição social;
- Estabelecer debates com os profissionais da educação com o objetivo de compreender como vêm se constituindo os processos de democratização e suas propostas para o município de Vitória-ES;
- Desenvolver, durante a formação, propostas de políticas públicas e ações intersetoriais direcionadas ao enfrentamento e superação da pobreza e propostas pedagógicas que relacionem o currículo com a discussão da pobreza;
- Contribuir com a pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Mestrado Profissional em Educação que discute o processo de democratização escolar e o enfrentamento da pobreza para a consolidação de uma escola inclusiva para todos.

## DESENVOLVIMENTO DO CURSO

O Curso/Formação foi realizado durante os anos de 2019 e de 2020, na modalidade semipresencial, com início em outubro/19 e encerramento em agosto/20.<sup>1</sup> Tivemos 120 registros de inscrições no Curso/Formação (por meio de acesso ao *link* e/ou pela ficha impressa). Desse montante, tivemos a participação inicial de 48 (quarenta e oito) cursistas e a frequência permanente de 10 profissionais, basicamente do turno noturno da escola Admardo (com um participante externo à escola), que contribuíram com as discussões de nossa pesquisa.

A sistematização desses encontros formativos se deu pensando em temáticas voltadas para a discussão sobre a pobreza e os processos de democratização do ensino, sendo a EJA um tema permanente que permeou todas as discussões. As temáticas foram desenvolvidas nos encontros presenciais e os textos foram produzidos a partir das atividades propostas, com as falas dos professores palestrantes convidados e dos sujeitos da pesquisa.

Dessa forma, os diálogos foram organizados com as seguintes temáticas: “Educação, Pobreza e Desigualdade Social”, “Direitos Humanos e Pobreza”, “Políticas Sociais e Educação”, “Gestão Escolar e Democratização do Ensino”, “Gestão Democrática” e “O Debate sobre Pobreza em Contextos Educacionais”. Com as temáticas pensadas e organizadas, nos faltava a tarefa de apontar os nomes de colaboradores para assumirem a condução das palestras. Por meio de carta/convite emitida, tivemos a honra de receber a confirmação dos professores Prof. Dr. Eduardo Augusto Moscon Oliveira, Prof. Me. João José Barbosa Sana, Prof.<sup>a</sup> Ma. Ana Maria Petronetto Serpa, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marlene de Fátima Cararo, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Renata Duarte Simões e Prof. Dr. Itamar Mendes da Silva.

O Curso/Formação foi constituído por 30h presenciais (conforme cronograma abaixo) e 50 horas não-presenciais, compostas por atividades de pesquisa e escrita realizadas individualmente.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Registramos o ocorrido no ano de 2020 (fundamentalmente a partir do mês de março), em função das intercorrências da pandemia do coronavírus. Assim como em todas as atividades comerciais, industriais, artísticas, educacionais etc., ocorreram mudanças de ordem operacionais em nosso país (e no mundo). O isolamento social foi decretado em nível nacional, estadual e local, demandando o fechamento de escolas, repartições públicas/privadas, lojas e shoppings, com o objetivo de desacelerar a propagação do novo Coronavírus. Nesse sentido, tornou-se inevitável o replanejamento das ações, pensando no tempo/espaço para o término da formação proposta (e já iniciada), bem como no esforço coletivo em buscar nova metodologia de encontro, uma vez que não nos era possível o agrupamento social.

<sup>2</sup> No modelo acordado para prosseguimento aos encontros, tivemos uma pequena redução da carga horária (eram encontros das 18h às 22h, nos adequamos para encontros das 17h às 19h), com cada envolvido em suas residências, a partir de um *link* disponibilizado via plataforma do Google Meet.

## **CRONOGRAMA**

11/10/19	17h às 22h	Educação, Pobreza e Desigualdade Social	Prof. <sup>a</sup> Dr. <sup>a</sup> Marlene de Fátima Cararo
08/11/19	17h às 22h	Direitos Humanos e Pobreza	Prof. Me. João José Barbosa Sana
06/12/19	17h às 22h	Políticas Sociais e Educação	Prof. <sup>a</sup> Ma. Ana Maria Petronetto Serpa
14/02/20	17h às 22h	Gestão Escolar e Democratização do Ensino	Prof. Dr. Eduardo Augusto Moscon Oliveira
03/07/20	17h às 19h	Gestão Democrática	Prof. Dr. Itamar Mendes da Silva
21/08/20	17h às 19h	O Debate sobre Pobreza em Contextos Educacionais	Prof. <sup>a</sup> Dr. <sup>a</sup> Renata Duarte Simões

**Apoio:** PPGMPE - Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Educação  
 GEEPDS - Grupo de Estudo em Educação, Pobreza e Desigualdade Social  
 LAGEBES - Laboratório de Gestão da Educação Básica do Espírito Santo



Educação, Pobreza e  
Desigualdade Social



❖ A ficha de inscrição, além dos dados pessoais, formação, titulação e tempo de atuação como profissional da educação, continha duas perguntas: a primeira, você considera importante discutir a temática da pobreza na escola? e a segunda, você considera que a pobreza tem implicações nos processos de aprendizagem e permanência dos estudantes na escola? Essas perguntas foram elaboradas com a finalidade de direcionar os olhares dos profissionais ao público (e aos seus territórios) com que atuam e, ao mesmo tempo, contribuir para ampliar o “nosso” olhar sobre as compreensões dos profissionais acerca da pobreza na EJA, nos possibilitando conhecer um pouco sobre os contextos formativos dos respondentes, assim como sobre as experiências e as expectativas com relação à abordagem da temática “pobreza”;

## **INSCRIÇÕES**

As inscrições foram realizadas via “Formulário Google”, através do *link* <<https://forms.gle/E4SbGJmNhcU6LLuu7>>, disponibilizado no cartaz de divulgação (e também pela ficha impressa).

***Pobreza e Educação: um diálogo necessário***  
***(Ficha de Inscrição)***

Curso/Formação a ser realizado no período de outubro de 2019 a abril de 2020, com carga horária de 80h, certificado pela PROEX/Ufes, destinado aos/às profissionais da EMEF EJA "Professor Admardo Serafim de Oliveira" e demais sujeitos(as) que a compõem, com o objetivo de fomentar o debate sobre pobreza e desigualdade social, de modo a contribuir com o processo de democratização do ensino.

Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Educação - PPGMPE/CE/Ufes  
Linha de Pesquisa: Docência e Gestão de Processos Educativos  
Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Renata Duarte Simões  
Mestranda: Prof.<sup>a</sup> Denise Pinheiro Quadros

**1- Endereço de e-mail:** \_\_\_\_\_

**2- Nome completo (sem abreviação):** \_\_\_\_\_

**3- CPF:** \_\_\_\_-\_\_\_\_-\_\_\_\_/\_\_\_\_-\_\_\_\_-\_\_\_\_

**4- Telefone(s):** Fixo: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ Móvel: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_

**5- Identificação:**

- |  |   |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Estudante   | <input type="checkbox"/> Pedagogo(a)                                    |
| <input type="checkbox"/> Família   | <input type="checkbox"/> Bibliotecário                                  |
| <input type="checkbox"/> Professor(a) Regente                                | <input type="checkbox"/> Assistente Administrativo(a)                   |
| <input type="checkbox"/> Professor(a) da Educação Especial                   | <input type="checkbox"/> Diretora Escolar                               |
| <input type="checkbox"/> Estagiário(a) - com vínculo no município de Vitória | <input type="checkbox"/> Comunidade Local                               |
| <input type="checkbox"/> Estagiário(a) - em pesquisa na escola               | <input type="checkbox"/> Auxiliar de Serviço Geral                      |
| <input type="checkbox"/> Coordenador(a) de Turno                             | <input type="checkbox"/> Porteiro(a)                                    |
|  | <input type="checkbox"/> Secretaria Municipal de Educação - <u>Seme</u> |

**6- Titulação:**

- |  |   |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Estudante (Ens. Fundamental incompleto) | <input type="checkbox"/> Especialização |
| <input type="checkbox"/> Estudante (Ensino Fundamental)          | <input type="checkbox"/> Mestrado       |
| <input type="checkbox"/> Estudante (Ensino Médio incompleto)     | <input type="checkbox"/> Doutorado      |
| <input type="checkbox"/> Estudante (Ensino Médio)                | <input type="checkbox"/> Pós-Doutorado  |
| <input type="checkbox"/> Graduação                               |   |

**7- Curso de Graduação (se não possui essa titulação responda "Não se aplica"):** \_\_\_\_\_

**8- Tempo de atuação como Profissional da Educação:**

- |                                       |   |
|---------------------------------------|---|
| <input type="checkbox"/> 1 a 5 anos   | <input type="checkbox"/> Mais de 20 anos                  |
| <input type="checkbox"/> 6 a 10 anos  | <input type="checkbox"/> Não sou Profissional da Educação |
| <input type="checkbox"/> 11 a 15 anos |   |
| <input type="checkbox"/> 16 a 20 anos |   |

**9 - Você considera importante discutir a temática da pobreza na escola? Apresente a sua opinião.**

---

---

---

**10- Você considera que a pobreza tem implicações nos processos de aprendizagem e permanência dos estudantes na escola? Apresente a sua opinião.**

---

---

---

Obrigada!

No primeiro dia de encontro, o “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” foi disponibilizado aos presentes, conforme apresentado abaixo:

***Termo de Consentimento Livre e Esclarecido***

Tenho conhecimento de que **Denise Pinheiro Quadros**, aluna regularmente matriculada no Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Educação, da Universidade Federal do Espírito Santo, está realizando uma pesquisa por meio do Curso de Extensão “Pobreza e Educação: um diálogo necessário”, sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Renata Duarte Simões.

O objetivo da pesquisa é analisar o processo de democratização escolar na Educação de Jovens Adultos (EJA) do município de Vitória-ES, mais especificamente na EMEF EJA “Professor Admardo Serafim de Oliveira”, em seus diferentes contextos de consolidação, buscando compreender como vem atuando no enfrentamento da condição de pobreza/extrema pobreza e da desigualdade social em que vivem os estudantes dessa modalidade de ensino.

Foi esclarecido, pelas pesquisadoras, que a participação dos sujeitos envolvidos no estudo é voluntária, podendo os mesmos se retirarem a qualquer momento da atividade sem nenhum tipo de prejuízo pessoal. Os benefícios do estudo se convertem para a produção de conhecimentos sobre a relação entre Pobreza e Democratização do Ensino, sendo os dados analisados eticamente, com o compromisso de não produzirem nenhum tipo de constrangimento para os sujeitos envolvidos.

Diante das questões explicitadas, eu, \_\_\_\_\_, declaro ter sido informado (a) e concordo em participar, como voluntário (a), da presente pesquisa.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Nome do (a) participante do estudo: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Testemunha: \_\_\_\_\_

Testemunha: \_\_\_\_\_

MEIOS DE COMUNICAÇÃO/INTERAÇÃO	
	<p><b>E- Mail pessoal</b></p> <p>Cada participante passou a receber as atividades e o compartilhamento de materiais via e-mail (slides, textos, entre outros).</p>
	<p><b>E-mail do Curso/Formação</b></p> <p>Foi criado o e-mail pobreza-e-educacao@googlegroups.com, destinado a receber e encaminhar as atividades pertinentes a formação.</p>
	<p><b>Grupo de WhatsApp</b> (Aplicativo de mensagens instantâneas)</p> <p>Para avisos, orientações, notícias, compartilhamentos e outras informações relacionadas ao processo formativo.</p>

## APRESENTAÇÃO DO PROJETO NA ESCOLA

Em meados de setembro, do ano de 2019, demos andamento a duas frentes de trabalho: a primeira, seguindo o protocolo, endereçada à Secretária Municipal de Educação de Vitória, de entrada no documento que solicitava a autorização para desenvolvermos a pesquisa de mestrado e, por sua vez, o Curso/Formação na Escola Municipal de Ensino Fundamental de Educação de Jovens e Adultos “Professor Admardo Serafim de Oliveira” (em 16/09/20 recebemos a autorização); a segunda, seguindo os procedimentos administrativos da Universidade Federal do Espírito Santo, encaminhamos o Projeto de Extensão “Pobreza e Educação: um diálogo necessário” ao Departamento de Linguagens, Cultura e Educação, vinculado ao Centro de Educação, para apreciação e posterior encaminhamento à Pró-Reitoria de Extensão (Proex) onde foi aprovado.

Ainda no mês de setembro, nos dirigimos à escola Admardo para a apresentação da pesquisa e da proposta de formação à direção escolar, como também para organizar uma agenda de encontro com os membros do Conselho de Escola e com a equipe escolar (ressaltamos a proatividade da gestora nesse diálogo).

No dia 27 de setembro, estivemos presentes nos três turnos da escola, apresentando o Projeto de Extensão aos profissionais e aos demais convidados. Em cada turno, dialogamos sobre a proposta do Curso/Formação, salientando a importância da temática para toda a equipe escolar. Após diálogos, o planejamento inicial ficou constituído como no quadro a seguir:

DATA	AÇÃO	CONVIDADOS	LOCAL
SET/2019	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ofício de autorização</li> <li>• Contato com a Direção Escolar/Conselho de Escola</li> <li>• Encontro com os Profissionais da Escola</li> </ul>	Coordenador do PPGMPE Mestranda e Orientadora	Seme Escola Admardo
		Mestranda e Orientadora	Escola Admardo
11/10/19	Unidade I: Educação, Pobreza e Desigualdade Social	Prof. <sup>a</sup> Dr. <sup>a</sup> Marlene de Fátima Cararo	Escola Admardo
08/11/19	Unidade II: Direitos Humanos e Pobreza	Prof. Me. João José Barbosa Sana	Escola Admardo
06/12/19	Unidade III: Políticas Sociais e Educação	Prof. <sup>a</sup> Ma. Ana Maria Petronetto Serpa	Escola Admardo
14/02/20	Unidade IV: Gestão Escolar e Democratização do Ensino	Prof. Dr. Eduardo A. Moscon Oliveira	Escola Admardo
13/03/20*	Unidade V: Gestão Democrática	Prof. Dr. Itamar Mendes da Silva	Escola Admardo
17/04/20*	Unidade VI: O Debate sobre Pobreza em Contextos Educacionais <ul style="list-style-type: none"> <li>• Encerramento: Relato de Experiência e Avaliação</li> </ul>	Prof. <sup>a</sup> Dr. <sup>a</sup> Renata Duarte Simões Mestranda Denise Pinheiro Quadros	Seme

\* As datas desses encontros foram alteradas em função do contexto pandêmico, ocorrendo em 03/07 e 21/08, respectivamente.

Ficou acordado, entre direção escolar e equipe de profissionais, que o Curso/Formação seria realizado no horário das 18h às 22h, na própria unidade de ensino, com participação por adesão, em dias de sextas-feiras, que já é dia constituído de formação na escola. Percebemos que essa modalidade de participação foi, em certa medida, prejudicial aos professores que atuavam nos turnos matutino e vespertino, no entanto, foi possível contar com a presença desses, ainda que não de forma sistemática.

### **Encontro (presencial) para apresentação do Curso/Formação - Escola Admardo**



Fonte: Autora, set. 2019.

UNIDADE I	
<b>TEMA</b>	Educação, Pobreza e Desigualdade Social
<b>PALESTRANTE/CONVIDADO</b>	Prof. <sup>a</sup> Dra. Marlene de Fátima Cararo
<b>DATA DO ENCONTRO</b>	11 de outubro de 2019
<b>EMENTA</b>	Abordagem crítica da educação, pobreza e desigualdade social. Questões históricas e sociais que compõem a relação dialética entre esses aspectos da realidade, combatendo perspectivas naturalistas e moralizantes da pobreza.
<b>OBJETIVOS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Compreender as diferentes concepções de pobreza;</li> <li>- Evidenciar, através de dados estatísticos, a realidade de desigualdade brasileira;</li> <li>- Refletir sobre os processos históricos da pobreza, o que significa nascer e viver em condição de empobrecimento;</li> <li>- Dialogar sobre as possibilidades de enfrentamento da pobreza/extrema pobreza na rede municipal de Vitória e na escola Admardo.</li> </ul>
<b>METODOLOGIA</b>	Exposição dialógica utilizando-se de slides.
<b>MÍSTICA</b>	Vídeo “Severinas”
<b>LINK PARA ACESSO AOS SLIDES DA APRESENTAÇÃO</b>	
<a href="https://drive.google.com/file/d/1Mi6eC68aPdGochDp5kuSlgkfHKIZDyXE/view?usp=sharing">           &lt;https://drive.google.com/file/d/1Mi6eC68aPdGochDp5kuSlgkfHKIZDyXE/view?usp=sharing&gt;         </a>	
<b>ATIVIDADE PROPOSTA</b>	Registrar textualmente as impressões pessoais dialogando com o público da escola em que atua.
<b>REFERÊNCIAS e TEXTOS DE APOIO</b>	
<p>ARROYO, Miguel Gonzalez. Pobreza, Desigualdades e Educação. <i>In</i>: BRASIL. Ministério da Educação. Material Didático Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social. <b>Módulo Introdutório</b> [Recurso eletrônico on-line]. Brasília, 2015. Disponível em: &lt;<a href="http://egpbf.mec.gov.br/modulos/pdf/intro.pdf">http://egpbf.mec.gov.br/modulos/pdf/intro.pdf</a>&gt;. Acesso em: 10 out. 2019.</p> <p>CARARO, Marlene de Fátima. <b>O programa mais educação e suas interfaces com outros programas sociais federais no combate à pobreza e à vulnerabilidade social</b>: intenções e tensões. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória. 2015. Disponível em: &lt;<a href="http://repositorio.ufes.br/handle/10/1920">http://repositorio.ufes.br/handle/10/1920</a>&gt;. Acesso em: 10 out. 2019.</p> <p>CARNEIRO, Carla Bronzo Ladeira. <b>Programas de proteção social e superação da pobreza</b>: concepções e estratégias de intervenção. UFMG-FFCH, Doutorado, 2005.</p> <p>GEORGES, Rafael. <b>Nós e as desigualdades</b>: pesquisa Oxfam Brasil / Data Folha – percepções sobre as desigualdades no Brasil. <i>In</i>: MAIA, Katia (Org.). Oxfam Brasil, 2019.</p> <p>GEORGES, Rafael. <b>País estagnado</b>: um retrato das desigualdades brasileiras. <i>In</i>: MAIA, Katia (Org.). Oxfam Brasil, 2018.</p> <p>GEORGES, Rafael. <b>A distância que nos une</b>: um retrato das desigualdades brasileiras. <i>In</i>: MAIA, Katia (Org.). Oxfam Brasil, 2017.</p>	

LEITE, Izildo Correa. **Desconhecimento, piedade e distância**: representações da miséria e dos miseráveis em segmentos sociais não atingidos pela pobreza. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2002.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo**. 3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MOLL, Jaqueline. A agenda da educação integral: compromissos para sua consolidação como política pública, *In*: MOOL, Jaqueline et al. **Caminhos da Educação Integral no Brasil**: direito a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012.

REGO, Walquiria Leão; PINZANI, Alessandro. Pobreza e Cidadania. *In*: BRASIL. Ministério da Educação. Material Didático Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social. **Módulo I** [Recurso eletrônico on-line]. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://egpbf.mec.gov.br/modulos/pdf/modulo1.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2019.

SEN, Amartya. **Desigualdade reexaminada**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SEVERINAS. Direção: Eliza Capai. Realização: Agência Pública. BRASIL: Microbolsas, 2013. 1 documentário (10 min). *In*: BRASIL. Ministério da Educação. Material Didático Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social. **Módulo I** [Recurso eletrônico on-line]. Brasília, 2015. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=\\_Rn7GF-u1tw](https://www.youtube.com/watch?v=_Rn7GF-u1tw)>. Acesso em: 10 out. 2019.

TAVARES, Gilead Marchezi et al. A produção de meninos de projetos e acontecimentos no percurso. **Psicologia & Sociedade**, 23(1), 94-102, 2011.

YAZBEK, Maria Carmelita. Serviço Social e pobreza. **Rev. Katálisis**, Florianópolis, v. 13, n. 2, 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rk/v13n2/01.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2019.

### Tirinha do cartunista argentino Quino, criador da Mafalda.



Fonte: Toda Mafalda. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

### Unidade I - Encontro (presencial) - Escola Admardo



Registros em  
11/10/2019

## CONHECENDO A UNIDADE I

A primeira temática trabalhada, intitulada “Educação, Pobreza e Desigualdade Social”, foi um verdadeiro divisor de águas.

De forma mais que acertada, a palestrante/convidada inicia a sua

No Brasil, 5% da população - os mais ricos - recebem, por mês, o mesmo que os demais 95% juntos (GEORGES, 2017).



exposição apresentando os dados sobre a pobreza e a concentração de renda destacando a desigualdade econômica que existe entre os mais

pobres. Os dados apresentados causam espanto entre os participantes, ao perceberem a grandiosidade de divergências das condições econômicas em que nos encontramos, em que a

população estudantil se encontra.

Arroyo (2016, p. 7) nos questiona: “o que poderíamos fazer, como profissionais da educação básica, para trazermos reflexões sobre as relações entre educação, pobreza e desigualdade social para os nossos trabalhos? Por onde começar?” Primeiro passo: admitir que a pobreza e as desigualdades existem.

E o que significa esse reconhecimento?

[...] significa levar em conta que a existência persistente dos pobres nas escolas brasileiras traz reflexões importantes para as práticas pedagógicas e para a gestão educacional. Assim, é necessário não apenas saber que as escolas estão repletas de meninos e meninas pobres, mas, muito mais do que isso, é preciso também questionar quais exigências essas vivências da pobreza, da precariedade material extrema, demandam de nossas práticas (ARROYO, 2016, p. 7).

A professora Marlene, fundamentando-se em Yazebk (2010, p. 153), destaca que abordar os que são constituídos como pobres “é penetrar num universo marcado pela subalternidade, pela revolta silenciosa, pela humilhação e alienação e sobretudo, pela resiliência aliada às estratégias para melhor sobreviver, apesar de tudo”.

No Brasil, a pobreza não pode ser explicada com base numa suposta escassez de recursos, mas, deve considerar a maneira pela qual se distribui a riqueza gerada socialmente – com alto grau de desigualdade – e, mais do que isso, com alto grau de concentração, com tendência a reproduzir-se ou, mesmo, a aprofundar-se (LEITE, 2002, apud CARARO, 2019).

Importante entendermos a POBREZA como um fenômeno estrutural e complexo, de caráter multidimensional e multifacetado, não podendo ser considerada como mera

### RELATÓRIO Oxfam em 21/01/2019

As 26 pessoas mais ricas do mundo detêm a mesma riqueza dos 3,8 bilhões mais pobres, que correspondem a 50% da humanidade. (CARARO, 2019)

insuficiência de renda, mas também desigualdade na distribuição da riqueza socialmente produzida, não acesso aos serviços públicos básicos, à informação, ao trabalho digno, à participação social e política (CARARO, 2019).

Distante dessa compreensão, Simões (2017) afirma que a pobreza tem sido tratada, nos currículos escolares, como carência, negligenciando o papel da escola quanto ao seu compromisso em trabalhar a partir do conhecimento pleno da realidade de seus educandos.

Nos currículos, a pobreza tem sido vista como carência, sendo a carência material resultado das carências de conhecimento, de competências, carências de valores, hábitos e moralidades. E, assim, a escola não tem assumido o seu papel de proporcionar o pleno conhecimento da realidade, inclusive, da condição social dos seus alunos, mostrando as condições históricas e sociais que resultaram na desigualdade social (SIMÕES, 2017, p. 1).



Os impactos da pobreza na educação escolar

Fonte: SIMÕES, 2017.

<b>CURRÍCULO HEGEMÔNICO</b>	<b>CURRÍCULOS QUE SE ARTICULAM COM A POBREZA</b>
Desconsidera as diferenças regionais, culturais, econômicas e políticas existentes entre os(as) alunos(as).	Consideram as diferenças regionais, culturais, econômicas e políticas existentes e reconhecem os coletivos empobrecidos como portadores de vivências e de questionamentos que refletem a própria realidade.
Avalia todos(as) os(as) alunos(as), indiscriminadamente, com base nos saberes dominantes.	Avaliam todos(as) os(as) alunos(as), valorizando, também, os “Outros” saberes trazidos.
Considera os(as) alunos(as) “puros espíritos”, desprovidos de corporalidade, apenas receptores de conhecimento.	Dão centralidade aos corpos, reconhecendo-os como o eixo das vivências e dos saberes de alunos e alunas.
É pensado unicamente para o mercado de trabalho.	Estimulam o questionamento crítico a respeito da realidade social, ou seja, abrem espaço para a reflexão sobre os problemas sociais, entre eles a existência e a persistência da pobreza.

Fonte: Arroyo (2015, p. 22).



**Sites sugeridos:**

**Oxfam Brasil:** <<https://www.oxfam.org.br>>

**Retrato das desigualdades/IPEA:**

<[https://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores\\_educacao](https://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_educacao)>

## UNIDADE II

<b>TEMA</b>	Direitos Humanos e Pobreza
<b>PALESTRANTE/CONVIDADO</b>	Prof. Me. João José Barbosa Sana
<b>DATA DO ENCONTRO</b>	08 de novembro de 2019
<b>EMENTA</b>	Direito à vida como dimensão inegociável da existência. Direitos Humanos como frutos da luta pelo direito universal à dignidade humana. Dimensões cumulativas e qualitativas dos Direitos Humanos: direitos de liberdade (civis e políticos), de igualdade (econômicos, sociais e culturais) e de solidariedade (direitos difusos). Reconhecimento da pobreza como violação aos Direitos Humanos.
<b>OBJETIVOS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conceituar os Direitos Humanos;</li> <li>- Identificar quais direitos são garantidos e/ou negligenciados pelo Estado;</li> <li>- Compreender a relação entre pobreza e não garantia de direitos;</li> <li>- Dialogar sobre as práticas educacionais que consideram os direitos dos estudantes que vivem em condições marcadas pelas construções sociais.</li> </ul>
<b>METODOLOGIA</b>	Exposição dialógica utilizando-se de slides.
<b>MÍSTICA</b>	Vídeo “Escola Eldorado”
<b>ATIVIDADE PROPOSTA</b>	Em sua opinião, quais são as relações existentes entre pobreza e direitos humanos?
<b>LINK PARA ACESSO AOS SLIDES DA APRESENTAÇÃO</b> <a href="https://drive.google.com/file/d/1-Q5yTXvUVnePIK8JFFvJNoIjuxoFU szk/view?usp=sharing">           &lt;https://drive.google.com/file/d/1-Q5yTXvUVnePIK8JFFvJNoIjuxoFU szk/view?usp=sharing&gt;         </a>	
<b>REFERÊNCIAS e TEXTOS DE APOIO</b>	
<p>BRASIL. <b>Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos</b>. Brasília: MEC, MJ, UNESCO, 2013.</p> <p>BRASIL. <b>Dados do Bolsa Família</b>. Brasília: MDS. Disponível em: &lt;<a href="https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/bolsafamilia/relatorio-completo.html">https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/bolsafamilia/relatorio-completo.html</a>&gt;. Acesso em: 7 nov. 2019.</p> <p>DUDH. <b>Declaração Universal dos Direitos Humanos</b>. Nações Unidas do Brasil. 1948. Disponível em: &lt;<a href="https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/">https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/</a>&gt;. Acesso em: 7 nov. 2019.</p> <p>ESCOLA Eldorado. Direção: Victor Lopes. Brasil: TV Zero, 2008. 1 documentário (11,08 min). (Projeto Marco Universal). <i>In</i>: BRASIL. Ministério da Educação. Material Didático Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social. <b>Módulo II</b> [Recurso eletrônico on-line]. Brasília, 2015. Disponível em: &lt;<a href="https://www.youtube.com/results?search_query=escola+eldorado">https://www.youtube.com/results?search_query=escola+eldorado</a>&gt;. Acesso em: 10 out. 2019.</p>	

HERKENHOFF, João Batista. **ABC dos direitos humanos**. Vitória: Secretaria Municipal de Cidadania, Direitos Humanos e Trabalho. 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2018. Rio de Janeiro: IBGE. 2018. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf>>. Acesso em: 7 nov. 2019.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da Violência 2019**. Brasília: Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio\\_institucional/190605\\_atlas\\_da\\_violencia\\_2019.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf)>. Acesso em: 7 nov. 2019.

MENDONÇA, Erasto Fortes. Pobreza, Direitos Humanos, Justiça e Educação. *In*: BRASIL. Ministério da Educação. Material Didático Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social. **Módulo II** [Recurso eletrônico on-line]. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://egpbf.mec.gov.br/modulos/pdf/modulo2.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2019.

PEQUENO, Marconi. O fundamento dos direitos humanos. *In*: **Direitos Humanos**: capacitação de educadores. Volume 1: Fundamentos históricos-filosóficos e político-jurídicos da Educação em Direitos Humanos. ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares, et al. Editora Universitária: UFPB. João Pessoa, 2008. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=2186-dirhumanos-volume1-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2186-dirhumanos-volume1-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 7 de nov. 2019.

RABENHORST, Eduardo R. O que são direitos humanos. *In*: **Direitos Humanos**: capacitação de educadores. Volume 1: Fundamentos históricos-filosóficos e político-jurídicos da Educação em Direitos Humanos. ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares, et al. Editora Universitária: UFPB. João Pessoa, 2008. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=2186-dirhumanos-volume1-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2186-dirhumanos-volume1-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 7 de nov. 2019.



Fonte: Jornal Estado de Minas. Notícias Online. **PraEntender Os direitos humanos em 2 minutos** - Política - Estado de Minas. Disponível em: <[https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/03/27/interna\\_politica,947107/praentender-os-direitos-humanos-em-2-minutos.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/03/27/interna_politica,947107/praentender-os-direitos-humanos-em-2-minutos.shtml)>. Acesso em: 19 dez. 2020.

## Unidade II - Encontro (presencial) - Escola Admardo



Registros em  
08/11/2019



Fotos: Autora, nov. 2019.

## CONHECENDO A UNIDADE II

Refletir a respeito da relação entre direitos humanos e educação, necessariamente, significa fazer da escola um espaço onde os indivíduos possam adquirir consciência de si como sujeitos de direitos, assim como pensar em mecanismos para assegurá-los.

Pensar na relação possível entre escola e direitos humanos nem sempre é tarefa fácil, ainda mais para aqueles(as) que não estão familiarizados(as) com a temática. Quando pensamos em educação e direitos humanos, é importante levarmos em conta que a escola deve se colocar como um espaço do qual os sujeitos envolvidos no processo educativo possam usufruir igual e integralmente. Além disso, ela deve se preocupar em se integrar com outras instituições para contribuir para a efetiva garantia dos direitos desses sujeitos (MENDONÇA, 2016, p. 8).

Para tanto, a instituição escolar precisa desenvolver, em suas ações pedagógicas, iniciativas que promovam o enfrentamento da violação de direitos humanos, tornando-se um espaço de vivência irrestrita desses direitos.

Nessa unidade do Curso/Formação, o palestrante/convidado nos instiga a pensar sobre os Direitos Humanos e suas implicações em nossas vidas, fundamentalmente na vida dos estudantes, enfatizando a concepção de direitos e a pobreza. Antes, porém, nos traz a seguinte indagação: afinal, o que são Direitos Humanos?

Segundo o professor João José, são direitos correspondentes à dignidade dos seres humanos, direitos que possuímos pelo simples fato de sermos humanos (RABENHORST, 2008, *apud* SANA, 2019).

E quais são as relações existentes entre pobreza e direitos humanos?

**A pobreza é a maior negação dos direitos humanos.**

Miséria extrema no país cresce e atinge 13,2 milhões de brasileiros

Fonte: Correio Braziliense (Brasil), postado em 14/08/2019. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2019/08/14/interna-brasil,777032/miseria-extrema-no-pais-cresce-e-atinge-13-2-milhoes-de-brasileiros.shtml>>. Acesso em: 19 dez. 2020.

De acordo com o palestrante, com base em Mendonça (2015), temos três dimensões dos direitos humanos:

1ª Dimensão	2ª Dimensão	3ª Dimensão
<b>LIBERDADE</b> Direitos civis e políticos	<b>IGUALDADE</b> Direitos econômicos, sociais e culturais	<b>FRATERNIDADE</b> Direitos de fraternidade social
<p><b>Titularidade:</b> indivíduos; <b>Caracterizam-se pela seguinte divisão:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Direitos Civis:</b> liberdade de expressão, de culto religioso, de ir e vir, de privacidade, de proteção legal etc.;</li> <li>• <b>Direitos políticos:</b> votar e ser votado, participação no governo, liberdade de associação política e de resistência à opressão, proteção contra ações tirânicas por parte do Estado etc.</li> </ul> <p><b>Marco histórico:</b> Revolução Francesa e Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (França, 1789);</p> <p><b>Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948):</b> artigos 3 a 21.</p>	<p><b>Titularidade:</b> determinadas coletividades; <b>Caracterizam-se por obrigar o Estado a assegurar condições mínimas de igualdade e de vida digna através de políticas públicas em três áreas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Direitos sociais:</b> educação, saúde, previdência, trabalho, moradia etc.;</li> <li>• <b>Direitos econômicos:</b> valorização do trabalho, remuneração justa, direito de associação trabalhista, direito de greve, função social da propriedade, defesa do consumidor;</li> <li>• <b>Direitos culturais:</b> proteção da cultura e do patrimônio cultural material e imaterial da comunidade, padrão de vida que permita aos sujeitos usufruir da produção cultural de sua sociedade.</li> </ul> <p><b>Marco histórico:</b> o conceito de Estado de Bem Estar Social, emergido após a Segunda Guerra Mundial;</p> <p><b>Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948):</b> artigos 22 a 27.</p>	<p><b>Titularidade:</b> a humanidade, independente dos Estados nacionais; <b>Caracterizam-se por não apresentarem limites precisos e por serem uma reação ao extermínio de massas humanas e à destruição sistemática da natureza.</b> São exemplos: <u>direito à paz</u>, e a <u>à autodeterminação dos povos</u>; <u>direito de viver em um ambiente ecologicamente equilibrado</u>; direito ao desenvolvimento sustentável, preservação do patrimônio cultural da humanidade; <u>direito à comunicação</u> etc.</p> <p><b>Marco histórico:</b> reação aos grandes conflitos mundiais da primeira metade do século XX, em especial ao Holocausto;</p> <p><b>Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948):</b> abrangem os artigos 3 a 27, pois são vistos como uma síntese das duas outras dimensões dos direitos humanos.</p>

Para Sana (2019) é preciso:

- **Ampliar** a reflexão sobre os significados da presença da pobreza no ambiente da escola;
- **Reconhecer a pobreza** como negação dos direitos humanos;
- **Reafirmar a centralidade** dos direitos humanos em contextos neoliberais – com a elaboração de políticas sociais;
- **Construir a resistência**, apostar na solidariedade, afirmar outras possibilidades.



**Sites sugeridos:**

**Observatório do Terceiro Setor:** <<https://observatorio3setor.org.br/quem-somos/>>

**Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos:**

<<http://portal.mec.gov.br/docman/2191-plano-nacional-pdf/file>>

**Declaração Universal dos Direitos Humanos:**

<<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>

<b>UNIDADE III</b>	
<b>TEMA</b>	Políticas Sociais e Educação
<b>PALESTRANTE/CONVIDADO</b>	Prof. <sup>a</sup> Ma. Ana Maria Petronetto Serpa
<b>DATA DO ENCONTRO</b>	06 de dezembro de 2019
<b>EMENTA</b>	Compreensão dos Programas de Transferência de Renda como dever do Estado na garantia dos direitos dos cidadãos. Contextualização das condicionalidades vinculadas ao Programa Bolsa Família e os critérios para o recebimento do benefício.
<b>OBJETIVOS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conceituar e identificar os Programas de Transferência de Renda e suas implicações;</li> <li>- Problematizar o papel do Estado em garantir direitos aos cidadãos;</li> <li>- Dialogar sobre o Programa Bolsa Família, as condicionalidades e os reflexos na vida de diferentes grupos populacionais;</li> <li>- Compreender como os Programas de Transferência de Renda têm contribuído para a superação do ciclo intergeracional de pobreza.</li> </ul>
<b>METODOLOGIA</b>	Exposição dialógica utilizando-se de slides.
<b>MÍSTICA</b>	Vídeo “Projeto de desconstrução do Brasil”
<b>ATIVIDADE PROPOSTA</b>	<p>Produzir um texto estabelecendo a relação indicada: Inclusão na esfera pública</p> <p>→ Como as vozes dos excluídos – mulheres e outros grupos sociais – podem ser incluídas na esfera pública?</p> <p>→ Como gerar processos de interação democrática, na forma de geração de direitos?</p> <p>→ Grupos excluídos – social e moral. Agentes públicos que reforçam o preconceito, o estigma, tratamento com desdém; “profundidade destrutiva das subjetividades”; “situações lesantes”. Como alterar esta cultura?</p> <p>→ Como desenvolver processos de autonomização das pessoas?</p> <p>→ Como formar demandantes de direitos civis?</p>
<b>LINK PARA ACESSO AOS SLIDES DA APRESENTAÇÃO</b>	
<a href="https://drive.google.com/file/d/1ijH4Ra_Jg1bY7lj9Ov8F2yz3fEpLMTK5/view?usp=sharing">https://drive.google.com/file/d/1ijH4Ra_Jg1bY7lj9Ov8F2yz3fEpLMTK5/view?usp=sharing</a>	
<b>REFERÊNCIAS e TEXTOS DE APOIO</b>	
BdF Entrevista Tereza Campello. <b>Projeto de desconstrução do Brasil</b> . Disponível em: <a href="https://www.youtube.com/watch?v=wNNCuyFHgq4&amp;t=108s">https://www.youtube.com/watch?v=wNNCuyFHgq4&amp;t=108s</a> . Acesso em: 5 dez. 2019.	

CASTEL, Robert. **A insegurança social: o que é ser protegido?** Petrópolis: RJ, Vozes, 2005.

CUNHA, Rosani. Transferência de Renda com Condicionalidade: a Experiência do Programa Bolsa Família. *In: Conceção e Gestão da Proteção Social Não Contributiva no Brasil*. MDS, UNESCO, 2009.

REGO, Walquiria Leão; PINZANI, Alessandro. Pobreza e Cidadania. *In: BRASIL. Ministério da Educação. Material Didático Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social. Módulo I* [Recurso eletrônico on-line]. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://egpbf.mec.gov.br/modulos/pdf/modulo1.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2019.

REGO, Walquiria Leao; PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania**. São Paulo: UNESP, 2013.

SILVA, Mauricio Roberto da. Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania - Entrevista realizada com Alessandro Pinzani. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 16, n. 32, p. 207-216, jan./jul. 2014. Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/2730/1554>>. Acesso em: 10 out. 2019.

SOUZA, Pedro H. G. Ferreira de; OSORIO, Rafael Guerreiro; PAIVA, Luis Henrique; SOARES, Sergei. Os efeitos do Programa Bolsa Família sobre a pobreza e a desigualdade: um balanço dos primeiros quinze anos. *In: SILVA, Tiago Falcão (Org.). Bolsa Família 15 Anos (2003-2018)*. Brasília: Enap, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/3647>>. Acesso em: 12 nov. 2019.



*“Com o dinheiro, a gente tem mais liberdade”. Mais do que estar livre para consumir, a frase de uma beneficiária do Programa Bolsa Família, moradora da região do Vale do Jequitinhonha (MG), revela outro tipo de autonomia possibilitada pelo recebimento de uma renda fixa mensal: a liberdade para fazer escolhas sobre a própria vida.*

*A pesquisa da socióloga Walquíria Leão Rêgo, professora da Universidade de Campinas (Unicamp), em que foram entrevistadas cerca de 150 mulheres que recebem recursos do programa de transferência de renda (2006-2012), mostra que o programa levou uma lógica de planejamento familiar para essas mulheres e desencadeou processos que favoreceram o papel de cada uma delas como cidadã.*

*Fonte: Programa de transferência de renda fortalece cidadania da mulher do interior. Disponível em: <<http://inacio.com.br/2013/03/programa-de-transferencia-de-renda-fortalece-cidadania-da-mulher-do-interior/>>. Acesso em: 01 fev. 2020.*

### Unidade III - Encontro (presencial) - Escola Admarco



Registros em  
06/12/2019

## CONHECENDO A UNIDADE III

A temática “Políticas Sociais e Educação” nos convida a refletir sobre a importância dos Programas de Transferência de Renda – programas sociais desenvolvidos nas três esferas políticas – enquanto estratégia de enfrentamento da pobreza e de inclusão social, que correspondem à transferência direta de renda para pessoas e/ou famílias em condições de empobrecimento e de vulnerabilidade social. Nesse encontro, com base em Rego e Pinzani (2015, p. 9), também são problematizados os conceitos de “cidadania” e de “democracia”:

As diversas formas de as sociedades e de suas instituições entenderem a cidadania e, conseqüentemente, a própria democracia interferem, radicalmente, no estatuto da cidadania como princípio político indispensável à vida democrática. O conjunto dos direitos que compõem o complexo de prerrogativas de um(a) cidadão(ã) e, o que é fundamental, a efetivação concreta desses direitos na vida social são os verdadeiros indicadores do grau de profundidade de uma democracia. Ao fim e ao cabo, a fruição de direitos, o acesso ao bem-estar social e a autonomia de escolhas dos indivíduos querem dizer, em última palavra, que ser autor(a) do próprio destino constitui a verdadeira medida do grau de democratização realizada em uma sociedade.

Rego e Pinzani (2015, p. 9) consideram que “a existência da cidadania como situação histórica supõe, necessariamente, um complexo de condições políticas, sociais, econômicas e culturais” que evidenciam o processo de democratização já alcançado por determinada sociedade, ou seja, “se uma sociedade não garante que todas as pessoas tenham as mesmas oportunidades de acesso ao bem-estar, à cultura e à educação em sentido amplo, tal sociedade apresenta déficits enormes de democratização de sua estrutura social e política” (REGO; PINZANI, 2015, p. 9). São imprescindíveis o respeito, a igualdade e o convívio humano com justiça para que não sejamos embrutecidos e insensíveis com a dor do outro.



Fonte: Imagem do Bolsa Família. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Bolsa\\_Fam%C3%ADlia](https://pt.wikipedia.org/wiki/Bolsa_Fam%C3%ADlia). Acesso em: 19 dez. 2020.

Por falta de conhecimento, existem muitos preconceitos em relação aos pobres, sendo importante termos uma visão mais complexa e ampla da pobreza. Um erro comum é o de identificar a pobreza com um baixo nível de renda ou de riqueza.

- ❖ Renda não é o único aspecto que define a pobreza – linha de extrema pobreza de 77,00 per capita mensal e de pobreza de 154,00 per capita mensal são definições arbitrárias. De acordo com Rego e Pinzani (2015, p. 19):

[...] a própria definição da pobreza com base na renda representa, em certo sentido, um ato arbitrário. Vejamos, por exemplo, no caso do Brasil, o estabelecimento por parte do governo da linha que separa pobreza – renda mensal per capita de até R\$ 154 – e pobreza extrema – renda mensal de até R\$ 77 por pessoa. É difícil dizer que quem recebe R\$ 80 encontra-se em situação melhor que quem recebe só R\$ 77, assim como é complicado afirmar que quem recebe R\$ 160 não seria pobre. Da mesma maneira, a presença ou a ausência de políticas públicas específicas e de serviços públicos afetam profundamente a vida das camadas mais vulneráveis da população.

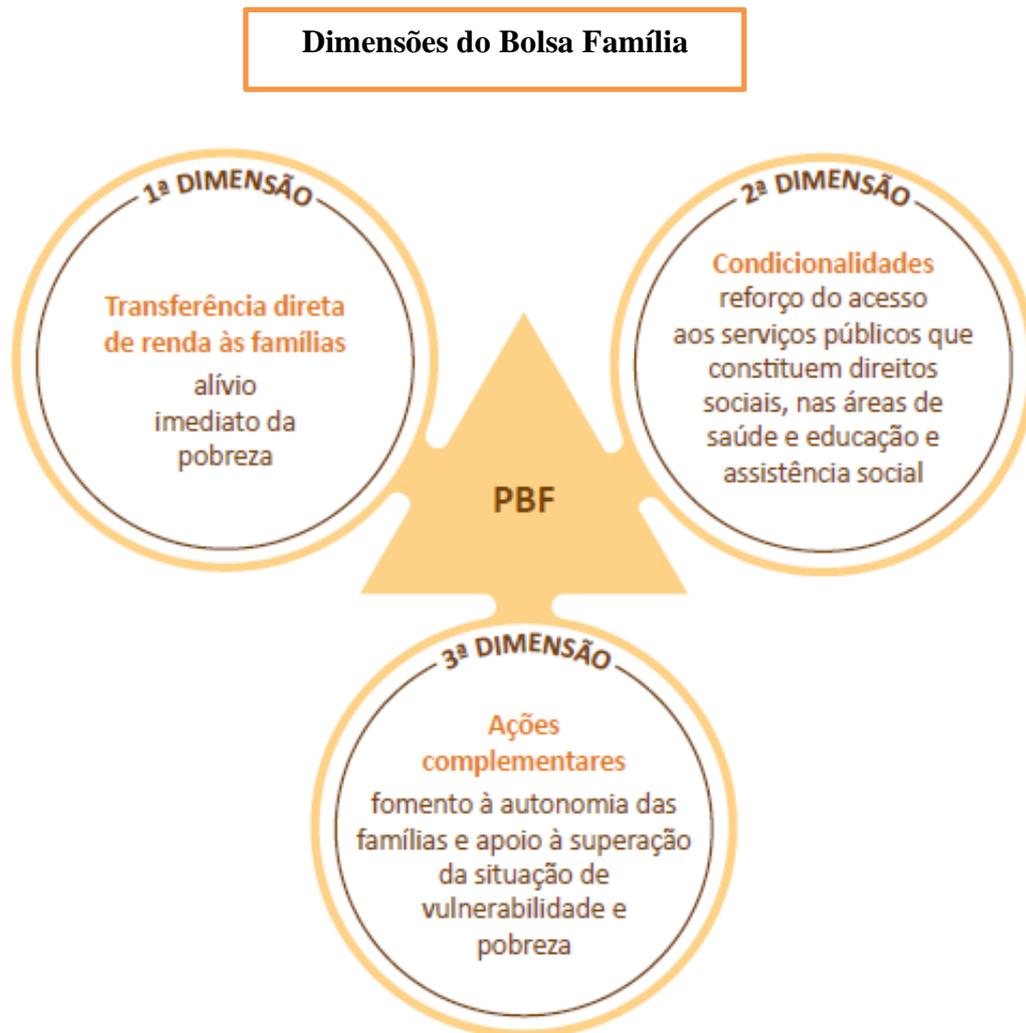
É preciso considerar outros aspectos, conforme apresentados por Serpa (2019):

- Classe social e econômica
- Lugar de residência
- Regiões geográficas
- Áreas isoladas
- Etnia/cor da pele
- Gênero, idade, composição e estrutura familiar

Fundamentando-se em Wilkinson e Pickett (*apud* REGO; PINZANI, 2015), a palestrante informa que a desigualdade de renda e riqueza piora a qualidade de vida inclusive dos que estão no extremo superior da escala social (SERPA, 2019), podendo ocorrer, quando a **desigualdade aumenta**, aumento das patologias psiquiátricas e de adição; da gravidez entre adolescentes; dos homicídios; da população carcerária; da mortalidade infantil; ou quando a **desigualdade diminui**, aumento da confiança recíproca entre os membros de uma sociedade; da expectativa de vida; da mobilidade social; melhoria dos resultados escolares entre as crianças.

A palestrante/convidada afirma que a educação é o aspecto mais afetado pela desigualdade, sua falta ou precariedade perpetua a desigualdade; que crianças provenientes de famílias pobres não vivem em um ambiente favorável à atividade de estudo; e que a pior e a mais injusta atitude é, seguramente, culpar as crianças pelos resultados insatisfatórios que obtêm em seu processo de aprendizagem.

Leite (2015) pontua que crianças e jovens de diferentes classes sociais não têm acesso aos mesmos direitos e, quando têm, como é o caso do acesso à escola, isso não se dá em condições iguais. Nesse sentido, temos o Programa Bolsa Família como uma política que busca a garantia do direito ao acesso e à permanência na escola pública, aliado à política de transferência de renda às famílias de crianças, jovens e adolescentes em situação de pobreza no Brasil.



Fonte: Manual de Gestão do Programa Bolsa Família.

Serpa (2019) reforça que o Programa Bolsa Família se destina às famílias que trabalham, mas não obtém renda suficiente para sobreviver e, muitas vezes, retiram seus filhos da escola e os colocam muito cedo no trabalho, por isso se diz que o trabalho infantil reproduz a pobreza da família. O PBF tem como uma de suas condicionalidades a permanência da criança na escola reduzindo a evasão escolar.



Com a condicionalidade educação, o PBF buscou oportunizar às crianças e adolescentes empobrecidos a garantia do direito à educação, no que concerne ao acesso e à permanência desses sujeitos nas escolas. Busca-se, ainda, garantir a qualidade da educação básica, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem (MDS, 2004).



Vale ressaltar que, desde a instituição do Programa Bolsa Família no cenário nacional, houve a redução em 95% da mortalidade infantil de crianças entre 0 e 5 anos, como também a diminuição dos índices de hospitalização das crianças dessa mesma faixa etária, o que indica avanços na melhoria da qualidade de vida e, conseqüentemente, da saúde, das populações infantis no país (REGO; PINZANI, 2014).



Conforme relatório produzido pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), o Brasil, entre os anos de 2002 a 2013, reduziu em 82% o número de brasileiros em situação de subalimentação.

Fonte: MATIAZZI, 2019.



**Sites sugeridos:**

**Brasil de Fato:** <<https://www.brasildefato.com.br>>

**Bolsa Família/Cadastro Único:**

<<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/bolsafamilia/index.html>>

<b>UNIDADE IV</b>	
<b>TEMA</b>	Gestão Escolar e Democratização do Ensino
<b>PALESTRANTE/CONVIDADO</b>	Prof. Dr. Eduardo Augusto Moscon Oliveira
<b>DATA DO ENCONTRO</b>	14 de fevereiro de 2020
<b>EMENTA</b>	Estado, planejamento e gestão educacional no Brasil. Democratização do ensino. A gestão escolar no sistema de ensino brasileiro e no Estado do Espírito Santo.
<b>OBJETIVOS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dialogar sobre o conceito de gestão escolar, suas implicações e suas interfaces;</li> <li>- Caracterizar os elementos fundantes para a compreensão da política educacional brasileira;</li> <li>- Problematizar questões que atravessam a gestão escolar na Educação Básica e na rede municipal de Vitória.</li> </ul>
<b>METODOLOGIA</b>	Exposição dialógica utilizando-se de slides.
<b>MÍSTICA</b>	<p>Leitura de vários textos produzidos pelos alunos da escola Admardo.</p> <p>Obs: a mística do dia foi conduzida por duas professoras que, motivadas pelas discussões do Curso/Formação, promoveram a atividade “Autobiografia”.</p>
<b>ATIVIDADE PROPOSTA</b>	Pensando o contexto da Gestão Escolar, como qualificar os processos de democratização na EMEF EJA “Professor Admardo Serafim de Oliveira”?
<b>LINK PARA ACESSO AOS SLIDES DA APRESENTAÇÃO</b> <a href="https://drive.google.com/file/d/11zTRdFBRJFkPU4B-nuAe55IpZEK7Us9S/view?usp=sharing">https://drive.google.com/file/d/11zTRdFBRJFkPU4B-nuAe55IpZEK7Us9S/view?usp=sharing</a>	
<b>REFERÊNCIAS e TEXTOS DE APOIO</b>	
<p>AMARAL, Daniela Patti do. <b>A gestão democrática das escolas como referencial político, educativo e simbólico</b>: entrevista com o professor Licínio Lima. Movimento-Revista de Educação, Niterói, ano 8, n.8, p.244-256, jan./jun. 2018.</p> <p>BRASIL. <b>Constituição (1988)</b>. Constituição [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Capítulo III - Da educação, da cultura e do desporto - Seção I - Da educação.</p> <p>BRASIL. <b>Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996</b>. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.</p> <p>BRASIL. <b>Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014</b>. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, 2014.</p> <p>CURY, Carlos Roberto Jamil. <b>A gestão democrática na escola e o direito à educação</b>. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, v.23, n.3, p. 483-495, set./dez. 2007.</p>	

FERNANDES, Maria Dilnéia Espíndola. **Gestão democrática da educação no Brasil: a emergência do direito à educação.** Curitiba: Appris, 2018.

GADOTTI, Moacir. **O projeto Político Pedagógico da escola na perspectiva de uma educação para a cidadania.** Conferência Nacional de educação para todos. Texto Debate. 1994.

KRAWCZYK, Nora. **A gestão escolar: um campo minado.** Análise das propostas de 11 municípios brasileiros. Educ. Soc. [online]. 1999, vol.20, n.67, pp. 112-149.

OLIVEIRA, Eduardo Augusto Moscon. **Descentralização e autonomia no contexto da Gestão democrática da escola Pública,**1997. Dissertação (Mestrado em Educação). UFES, Vitória. 1997.

OLIVEIRA, Francisco de. Uma alternativa democrática ao liberalismo. *In: A democracia como proposta.* Rio de Janeiro: IBASE, p. 77-92. 1991.

OLIVEIRA, João Ferreira; DOURADO, Luiz Fernandes. MORAES, Karine Nunes de. 2.1. Gestão escolar democrática: definições, princípios e mecanismos de implementação. *In: BRASIL.* Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica Pública,** 2006.

TAVARES, Maria das Graças Medeiros. **Gestão democrática do ensino público: como se traduz esse princípio.** 1990. Dissertação (Mestrado em Educação) - FGV/IEAE/DASE. Rio de Janeiro. 1990.

### Tirinha do cartunista argentino Quino, criador da Mafalda.



Fonte: Toda Mafalda. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

### Unidade IV - Encontro (presencial) - Escola Admarco



Registros em  
14/02/2020

## CONHECENDO A UNIDADE IV

“Gestão Escolar e Democratização do Ensino” é a quarta temática do Curso, trabalhada pelo palestrante/convidado Eduardo Moscon que recorre a Fernandes (2018, *apud* OLIVEIRA, 2020, s.p.) para pensar a gestão democrática na educação: “Conceber e praticar a gestão democrática da educação, requer, sobretudo, pensar a articulação entre democracia e educação. Tal articulação emerge como mediação possível no tempo histórico enquanto relação entre Sociedade, Estado e Educação”.

O professor Eduardo Moscon nos apresenta que as lutas em defesa da democratização da educação pública e de qualidade fazem parte das reivindicações de diversos segmentos da sociedade desde o início do século XX. De forma mais específica, a relação entre Sociedade, Estado e Educação está presente, com mais intensidade, em 3 momentos históricos:

- a) década de 1930, com o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”;
- b) no processo constituinte (no final dos anos 1980) que resultou no texto possível da Constituição Federal de 1988, apresentando uma concepção de gestão democrática ampliada enquanto princípio do ensino brasileiro, cumprida em 1996 com a LDB 9394/96;
- c) com o PNE (Lei 13.005/2014) aprovado após mais de 4 anos de discussão e debate no congresso nacional. O PNE 2014-2024 apresenta o princípio de gestão democrática na educação pública, reforçado em diferentes metas e estratégias.

A gestão democrática é referencial político, educativo e simbólico e não está dada na escola:

[...] não se decreta nem se institui simplesmente por meio de uma legislação que a regulamente. A escola democrática exige estruturas democráticas e existe como processo, com avanços e recuos e demandas, sobretudo, práticas democráticas e participativas nos processos de tomada de decisões (AMARAL, 2018, p. 224).

Baseando-se em Tavares (1990), o palestrante apresenta os pressupostos da gestão democrática:

**1) a educação nunca é politicamente neutra, podendo tanto funcionar como instrumento de legitimação, conservação e reprodução do *status quo*, quanto como instrumento de legitimação de uma transformação social;**

**2) em uma sociedade tão cheia de desigualdades como a brasileira, a educação tem de ser colocada a serviço de um processo de transformação social, isto é, deve estar comprometida com um**

**projeto de democratização não só no sentido político, como também no socioeconômico.** Em síntese, tem que contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária;

**3) a gestão democrática do ensino público deve buscar assegurar o acesso e a permanência na escola das camadas populares e a universalização da educação básica;**

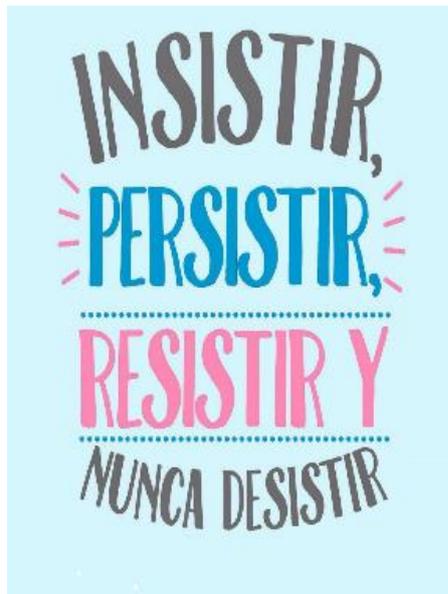
**4) uma educação democrática tem de ser gerida de forma também democrática.** Gestão e educação democrática são partes de um mesmo todo, faces da mesma moeda. Inter complementam-se e potencializam-se;

**5) o conceito de gestão democrática não deve restringir-se apenas às condições para a implementação do que foi planejado, mas convém ampliá-lo de forma a contemplar desde a formulação de políticas, objetivos e estratégias, até as medidas para a concretização, controle e avaliação;**

**6) a proposta de gestão democrática de um serviço público implica uma concepção não-maniqueísta de Estado, isto é, nem algo dissociado da sociedade, voltado única e exclusivamente para o bem coletivo e acima dos interesses das classes, nem tampouco, como instrumento a serviço da classe dominante.** Implica, portanto, uma visão de Estado como síntese das relações de forças existentes nas sociedades política e civil e, por isso, palco de lutas e conflitos de interesses;

**7) uma gestão democrática deve encarar o conflito de interesses como algo não só natural como indispensável às transformações sociais.** Deve também criar espaços para que esses conflitos se manifestem abertamente, para que ideias propostas e tendências diferentes e até contraditórias se confrontem e, finalmente, para que soluções de problemas sejam discutidas e negociadas;

**8) uma gestão democrática não pode se concretizar sem participação.** Esta, por sua vez, está ligada à divisão de competências entre as três esferas de governo e à articulação de seus esforços, bem como a outros tipos de descentralização de poder e de tarefas.



Fonte: OLIVEIRA, Eduardo Augusto Moscon. Palestra, 2020.

<b>UNIDADE V</b>	
<b>TEMA</b>	Gestão Democrática
<b>PALESTRANTE/CONVIDADO</b>	Prof. Dr. Itamar Mendes da Silva
<b>DATA DO ENCONTRO</b>	03 de julho de 2020
<b>EMENTA</b>	Mecanismos de gestão democrática (órgãos colegiados, representação e processos decisórios). Qualidade social da educação escolar. A escolarização desigual, suas implicações.
<b>OBJETIVOS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aprofundar o debate sobre o conceito de gestão democrática e suas implicações;</li> <li>- Dialogar sobre os processos de gestão democrática na educação brasileira e na rede municipal de Vitória;</li> <li>- Compor reflexões sobre a gestão democrática nos espaços escolares, considerando os contextos empobrecidos.</li> </ul>
<b>METODOLOGIA</b>	De forma remota, exposição dialógica utilizando-se de slides.
<b>ATIVIDADE PROPOSTA</b>	<p>Considerando a afirmação de Paulo Freire – “o Currículo, no sentido mais amplo, implica não apenas o conteúdo programático do sistema escolar, mas também, entre outros aspectos, os horários, a disciplina e as tarefas diárias que se exigem dos alunos nas escolas” – e, portanto, as decisões curriculares implicam vidas, reflita e produza um pequeno texto com os seguintes elementos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) o significado de agir sem neutralidade na elaboração do plano de ensino;</li> <li>b) a educação é ato político.</li> </ul>
<p><b>LINK PARA ACESSO AOS SLIDES DA APRESENTAÇÃO</b>  <a href="https://drive.google.com/file/d/10WHkbnWfmEGBbXUJiki-Xb92k5N-Ik_Y/view?usp=sharing">https://drive.google.com/file/d/10WHkbnWfmEGBbXUJiki-Xb92k5N-Ik_Y/view?usp=sharing</a></p>	
<b>REFERÊNCIAS e TEXTOS DE APOIO</b>	
<p>BRASIL. <b>Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996</b>. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.</p> <p>BRASIL. Constituição (1988). <b>Constituição da República Federativa do Brasil</b>. 1988. Disponível em: &lt;<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm</a>&gt;. Acesso em: 2 jul. 2020.</p> <p>CURY, Carlos Roberto Jamil. <b>A gestão democrática na escola e o direito à educação</b>. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, v.23, n.3, p. 483-495, set./dez. 2007.</p> <p>FREIRE, Paulo. <b>Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa</b>. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.</p>	

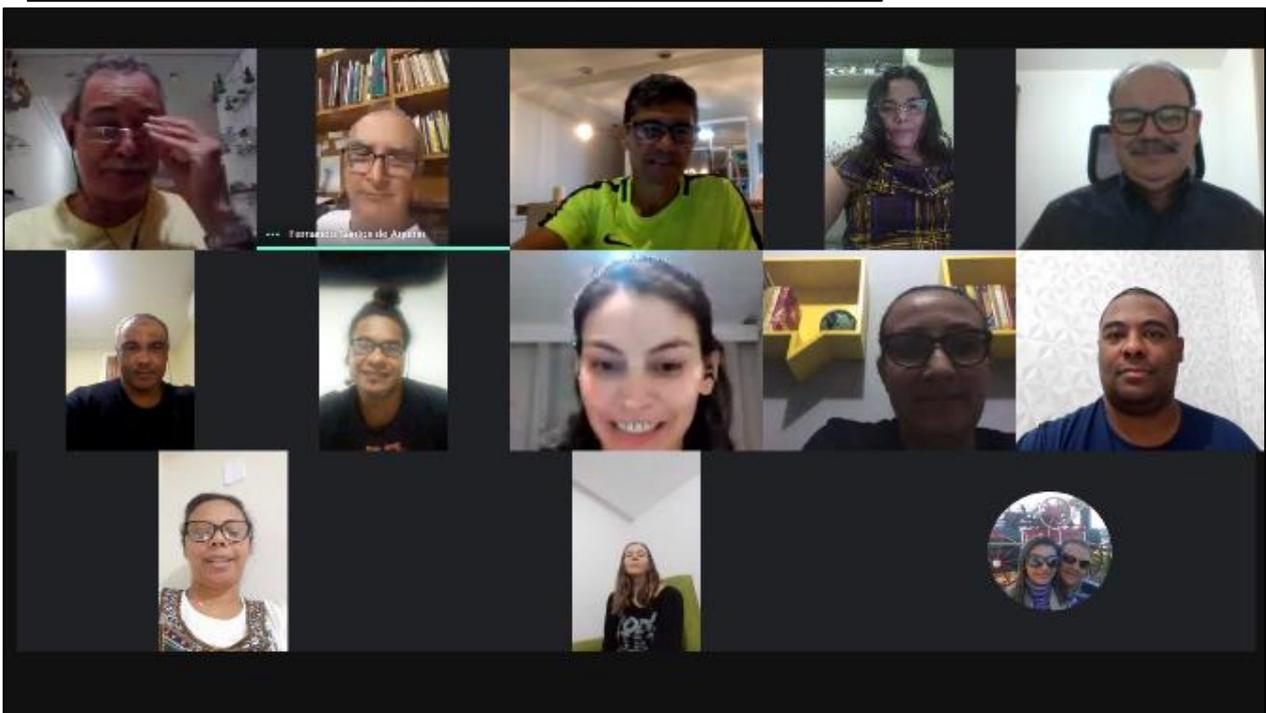
FREIRE, Paulo. **A Educação na Cidade**. São Paulo: Cortez Editora, 1991.

FREIRE, Paulo; MACEDO, Donaldo. **Alfabetização: leitura do mundo leitura da palavra**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994.

RAVITCH, Diane. **Vida e Morte do Grande Sistema Escolar Americano: como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação**, Porto Alegre, Sulina, 2011.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O Currículo: uma reflexão sobre a prática**. Porto alegre, Artmed, 2000.

### Unidade V - Encontro (virtual) - Escola Admarco



## CONHECENDO A UNIDADE V

Chegamos a nossa quinta unidade, trabalhada pelo palestrante/convidado Itamar Mendes da Silva. A opção do professor ao desenvolver a temática “Gestão Democrática” é de problematizar o seu conceito, já em seu título, utilizando-se do acréscimo “*tempo e espaço de participação ativa e planejada*”. De acordo com o professor, participar de formações:

[...] são situações que acontecem no cotidiano de cada uma das escolas a partir do acúmulo que a gente conseguiu, à custa de muita luta no processo de redemocratização brasileira para fazer com que a escola tivesse não apenas o espaço e o tempo dedicado à relação com os estudantes, com os educandos, mas o tempo de planejamento, tempo de formação, o tempo destinado àquelas atividades que não são atividades fins especificamente, mas são momentos da reflexão sobre a prática (SILVA, 2020).

Importante destaque feito pelo professor Itamar, uma vez que a política de formação docente – em constante desmonte pelos governos antidemocráticos – nos fortalece enquanto classe trabalhadora e como profissionais do ensino que lutam diariamente por reconhecimento e por melhores condições de trabalho.

E nesse sentido, chama-nos a atenção para:

[...] a forma daquilo que eu estou levando em consideração, o meu ponto de partida para qualquer conversa, especialmente com essa que a gente vai tocar sobre a questão da gestão democrática, é o tempo de gestão democrática como algo que requer a participação ativa e planejada dos sujeitos, então, o suporte inicial é o da conversa. E aí, só podemos pensar em gestão democrática desta forma, se nós concebermos que a educação é um processo de comunicação humana que humaniza os sujeitos. Isso eu não preciso ir longe e dizer que esse é um fundamento dessa concepção, é um fundamento freiriano, a educação como humanização. E a educação escolar, o conceito com o qual eu trabalho é que a educação escolar é processo relacional recorrente da comunicação, é um processo relacional que envolve o educador, o educando, o conhecimento e a vida, a vida que não para, a vida em movimento (SILVA, 2020).

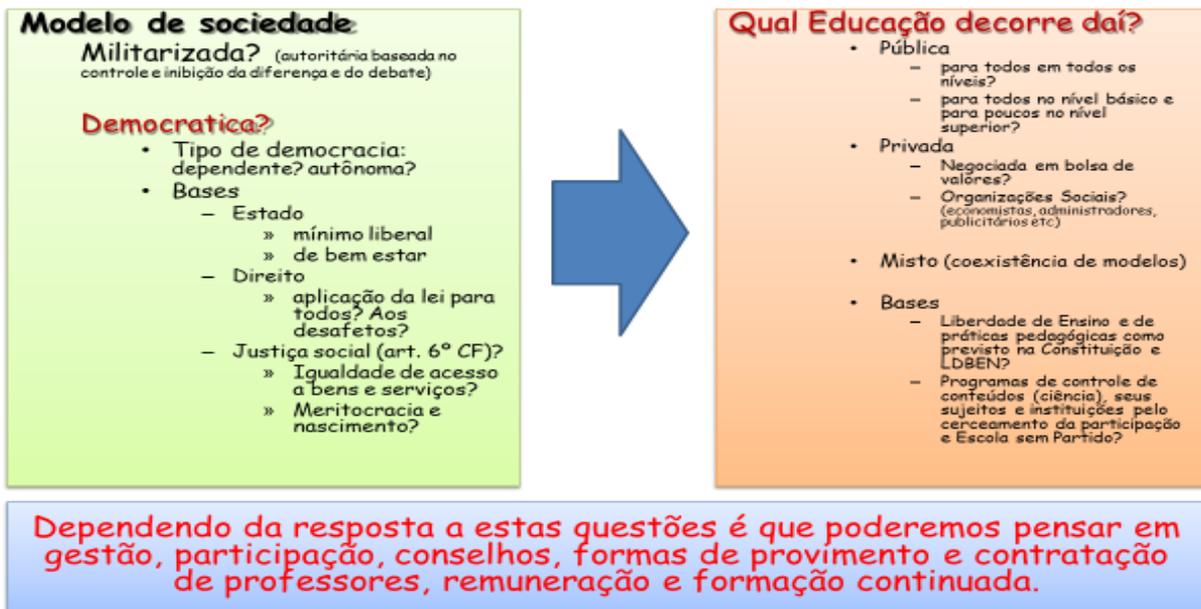
Segundo o palestrante, esse pressuposto básico traz para nós as condições necessárias para pensarmos sobre a sociedade que queremos, refletindo sobre algumas questões de caráter principal e secundário:

Questão Principal	Questões Secundárias
- Gestão Democrática: conceito e situações em que é possível. - Requer pensar sobre: Democracia, Estado, Público/Privado, Laicidade/Religiosidade, Gestão, Administração. (Considerando os mecanismos e os sujeitos)	- O que é participação? . Em que participar? Como? Quais limites? - O que é participação na escola? . Em que? Como? Quem? Quando? Limites?

Fonte: SILVA, Itamar Mendes da. Palestra, 2020.

# Para aproximar de possíveis respostas é necessário...

## Entender o debate e o que está em disputa hoje



Fonte: SILVA, Itamar Mendes da. Palestra, 2020.

Fundamentando-se em Freire (1996), o palestrante afirma que, para se constituir uma escola democrática, é preciso praticar a democracia

[...] ninguém vive plenamente a democracia nem tampouco a ajuda a crescer: primeiro, se é interdito no seu direito de falar, de ter voz, de fazer o seu discurso crítico; segundo, se não se engaja, de uma ou de outra forma, na briga em defesa deste direito, que, no fundo, é o direito também de atuar (FREIRE, 1996, p. 88).

Assim, praticar a democracia é algo que requer estabelecimento de uma comunicação direta entre educador e educando, articulando o conhecimento escolar e as histórias de vida do alunado (estabelecendo metas – acompanhando e avaliando-as; refazendo percursos; observando as necessidades dos sujeitos que participam do processo educativo; compatibilizando e administrando os conflitos), porque as pessoas são diferentes e as experiências, as vivências, também são diferentes (SILVA, 2020).

Para isso, nas palavras do palestrante/convidado, devemos considerar como requisitos:

- \* Levantamento de Necessidades (estudo da realidade);
- \* Planejamento (estabelecimento de metas);

- \* Administração de Conflitos (compatibilizar interesses diferentes);
- \* Acompanhamento / Controle (avaliação);
- \* Observar Princípios éticos:
  - Respeito à Diferença;
  - Inclusão: - Sociocultural (pobreza, etnia, gênero etc); - Pessoas com Necessidades Pedagógicas Especiais (deficiências, altas habilidades; opções diversas de comportamentos);
  - Participação de todos;
  - Qualidade (escola boa para todos).

Em uma escola democrática não há negociação, por exemplo, quanto aos processos de inclusão, ressalta o palestrante. Lembrando que não se trata apenas de inclusão das pessoas com deficiências, mas sim da inclusão sociocultural que é inclusão do pobre, pois o pobre entrou na escola, mas a pobreza não, a pobreza ficou do lado de fora. Os sujeitos empobrecidos e marginalizados por questões sociais, étnicas, de gênero, de classe, da periferia têm direito de estar na escola e de aprender, direito a uma educação humanizadora. Se a escola pretende ser democrática, ela não pode deixar ninguém de fora, assim como de fora dos processos de participação.

### ***Escola Democrática é aquela:***

- **Em que se ensine e se aprenda com seriedade, mas em que a seriedade jamais vire sisudez [...] em que ao ensinarem necessariamente os conteúdos, se ensine também a pensar certo** (FREIRE, 1991, p. 24);
- **Que promove "real participação da comunidade de pais e de representantes de movimentos populares na vida inteira da escola" e dos/as professores/as** (FREIRE, 1991, p. 47-48);
- **Que reconhece e valoriza a liberdade e autoridade docentes democráticas, apoiadas na competência profissional dos/as professores/as;**
- **Que valoriza e promove o poder de decidir, pois só decidindo se aprende a decidir e só pela decisão se alcança a autonomia** (FREIRE, 1991, p. 119-120)

Silva (2020) afirma que, para se aproximar dessa perspectiva de uma escola democrática, demanda-se mudança na espinha dorsal organizadora de uma escola – o Projeto Político Pedagógico, pois nele encontramos indicativos da sociedade que queremos, com implicações diretas na concepção de currículo, de avaliação (escolar e institucional), de aprendizagem, de território e de sujeitos, de modo que as características histórico-culturais sejam respeitadas e criem-se espaços para o trabalho interdisciplinar, produzindo a autonomia e a liberdade dos estudantes.

## GESTÃO DEMOCRÁTICA E OS PARÂMETROS LEGAIS

Prescrita em princípio constitucional e regulamentada pela LDB, a gestão democrática tem sido alvo de reflexões sobre sua eficiência em ser “democrática”, sobretudo na promoção de igualdade de acesso e permanência dos alunos na escola.

### LDB 9.394/1996

**Art. 3º** - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

**VIII** - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino.

**Art. 14** - Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

**I** - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

**II** - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

**Art. 56** - As instituições públicas de educação superior obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional.

### CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

**Art. 206** - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

**VI** - gestão democrática do ensino público, na forma da lei.

### PNE 2014-2024

#### LEI Nº 13.005/2014

**Art. 2º** - São diretrizes do PNE:

**VI** - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública.



#### Sugestão de leitura:

RAVITCH, Diane. **Vida e Morte do Grande Sistema Escolar Americano**: como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação, Porto Alegre, Sulina, 2011.

## UNIDADE VI

<b>TEMA</b>	O Debate sobre Pobreza em Contextos Educacionais
<b>PALESTRANTE/CONVIDADO</b>	Prof. <sup>a</sup> Dr. <sup>a</sup> Renata Duarte Simões
<b>DATA DO ENCONTRO</b>	21 de agosto de 2020
<b>EMENTA</b>	Educação como direito social e escola como espaço protetivo de direitos. A democratização do ensino. O papel da escola no diálogo com a pobreza. Pensando a pobreza e a desigualdade social no interior da escola. Os impactos da condição social de pobreza nos processos de ensino.
<b>OBJETIVOS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Promover diálogos sobre o papel da escola pública;</li> <li>- Aprofundar o debate considerando os processos de democratização do ensino e a condição de pobreza;</li> <li>- Promover elementos de reflexão sobre a prática docente pensando os sujeitos em condição social empobrecida.</li> </ul>
<b>METODOLOGIA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Apresentação e diálogo sobre o vídeo “Ciço”;</li> <li>- De forma remota, exposição dialógica utilizando-se de slides.</li> <li>- Avaliação oral de cada participante.</li> </ul>
<b>MÍSTICA</b>	Vídeo: Mística de Encerramento Acesse: < <a href="https://drive.google.com/file/d/1DnYxz2_Uk4qNFvGpgeNkWtorMZnF6bp0/view?usp=sharing">https://drive.google.com/file/d/1DnYxz2_Uk4qNFvGpgeNkWtorMZnF6bp0/view?usp=sharing</a> >
<b>ATIVIDADE PROPOSTA</b>	O que foi possível repensar a partir dos debates/reflexões que fizemos sobre a pobreza e a desigualdade social?
<b>LINK PARA ACESSO AOS SLIDES DA APRESENTAÇÃO</b>	
< <a href="https://drive.google.com/file/d/1Qpv69pcjnlj13xCpsNVTi8VGY_GDBF1/view?usp=sharing">https://drive.google.com/file/d/1Qpv69pcjnlj13xCpsNVTi8VGY_GDBF1/view?usp=sharing</a> >	
<b>REFERÊNCIAS e TEXTOS DE APOIO</b>	
<p>ABRAMO, Helena Wendel. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. <i>In</i>: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni; VENTURI, Gustavo. (Org.). Retratos da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania; Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 37-72.</p> <p>ARROYO, Miguel Gonzalez. Imagens quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres. Petrópolis: Vozes, 2004.</p> <p>BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (Org.). <b>A questão política da educação popular</b>. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.</p> <p>CICO. Adaptação da entrevista do lavrador Antônio Cícero de Sousa, o Ciço, concedida a Carlos Rodrigues Brandão no sul de Minas Gerais. <i>In</i>: BRASIL. Ministério da Educação. Material Didático Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social.</p>	

**Módulo III** [Recurso eletrônico on-line]. Brasília, 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=JkaEf362mtE>>. Acesso em: 10 out. 2019.

DAYRELL, Juarez. **O jovem como sujeito social**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 24, set./dez. 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a04.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2020.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

GIMENO SACRISTÁN, José. **A educação obrigatória: seu sentido educativo e social**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

GIMENO SACRISTÁN, José. **O aluno como invenção**. Porto Alegre: Artmed, 2005

LEITE, Lúcia Helena Alvarez; OLIVEIRA, Fernanda Silva de. **A atualidade do pensamento de Paulo Freire e sua contribuição para a educação no Brasil**. Paideia, ano 9, n. 13, p. 43-56, jul./dez. 2012.

MOUFFE, Chantal. **El retorno de lo político**. Barcelona: Paidós, 1999.

SARMENTO, Manuel Jacinto. As culturas da infância nas encruzilhadas da segunda modernidade. *In*: SARMENTO, Manuel Jacinto; CERISARA, Ana Beatriz. (Org.). **Crianças e miúdos: perspectivas sociopedagógicas da infância e educação**. Porto: ASA Editores, 2003.

### Unidade VI - Encontro (virtual) - Escola Admardo

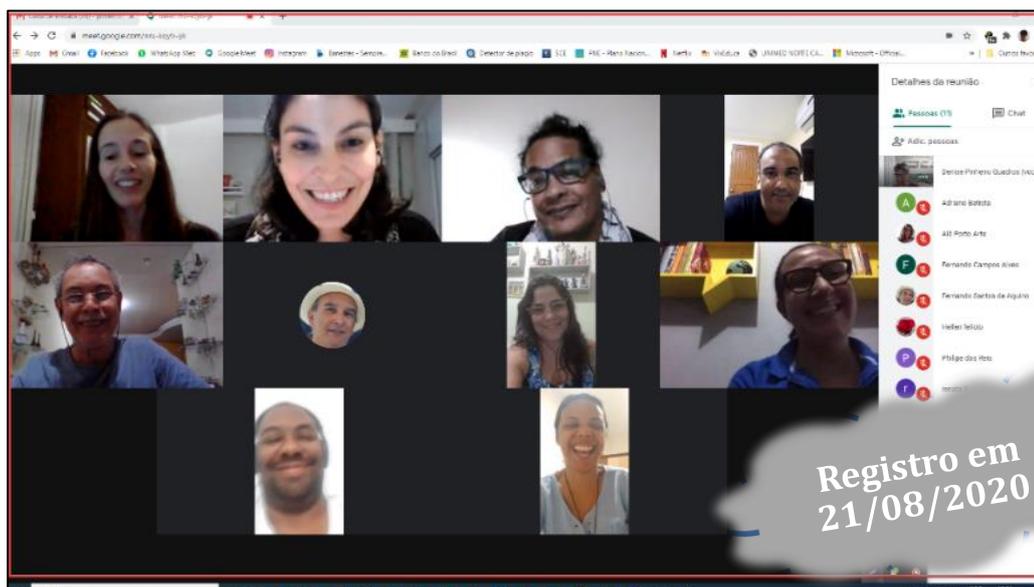


Foto: Autora, ago. 2020.

## CONHECENDO A UNIDADE VI

Nessa última unidade, dialogando sobre a pobreza em contextos educacionais, observamos a preocupação da palestrante/convidada em trazer para o grupo a reflexão de que a escola é espaço/tempo de reprodução, mas também de resistências da pobreza. Antes, porém, levanta algumas indagações para iniciar o diálogo:

- Quem são as crianças, os jovens e os adolescentes em situação de pobreza no Brasil?
- Que olhares são construídos sobre eles?
- Que lugares eles têm ocupado nas políticas educacionais?
- Que vivências têm experimentado?



- Não há espaço para a diversidade de realidades vividas por crianças e jovens, que em muito conformam suas identidades.
- Assim, devemos falar de infâncias e juventudes no plural para não esquecermos as diferenças e as desigualdades que perpassam as suas condições de vida (DAYRELL, 2003; SARMENTO, 2003; ABRAMO, 2005).

Fonte: SIMÕES, Renata Duarte. Palestra, 2020.

### AS CONCEPÇÕES DE INFÂNCIA E JUVENTUDE EM VIVÊNCIAS DE POBREZA COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL

Leite (2015) afirma que, “em oposição a uma concepção de infância e juventude que considera crianças e jovens simples objetos, passivos(as) de uma socialização orientada por instituições ou agentes sociais, ou como uma folha em branco em que os adultos podem escrever o que quiserem”, assume a concepção “de que eles(as) são atores sociais, sujeitos de direitos e que, como tal, devem ser respeitados(as) e protegidos(as)” (LEITE, 2015, p. 12). Para a autora, quando se fala de crianças e jovens em situação de pobreza, várias representações aparecem.

<b>Representações acerca das crianças e jovens em situação de pobreza...</b>	
<b>Crianças pobres - olhar assistencialista e moralista</b>	<b>Juventudes pobres - olhar punitivo</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Crianças precisam ser cuidadas, educadas intelectual e moralmente, já que advêm de famílias empobrecidas que são desestruturadas, não têm educação.</li> <li>- Olhar autoritário e negativo;</li> <li>- Olhar da caridade: igrejas ou famílias abastadas se sentem na obrigação religiosa de salvar essas “pobres crianças de seu destino” (p. 12).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Taxados de violentos, baderneiros, muitas vezes até de criminosos – solução: correção, através de punição, inclusive a penal (Ex: órgãos criados como o Serviço de Assistência ao Menor (SAM) - 1940 e 1964; a Fundação do Bem-Estar do Menor (Funabem), criada em 1964.</li> <li>- Termo “menor” - denominação usada somente para filhos e filhas das famílias de baixa renda, os pobres – os economicamente favorecidos eram chamados de crianças e adolescentes. Mudança com a Constituição de 1988 e com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - crianças e adolescentes passaram a ser considerados sujeitos de direitos (p. 12).</li> </ul>

Fonte: SIMÕES, Renata Duarte. Palestra, 2020.

Conforme expõe Leite (2015, p. 13), dialogando com Dayrell (2003) e Arroyo (2004), “é necessário quebrar imagens que tendem a analisar e compreender as crianças e os(as) jovens pelo que eles(as) não são, ressaltando as características que lhes faltariam para corresponder a um determinado modelo de ser criança ou jovem”.

Nesse sentido, problematizando o contexto escolar, Simões (2020) afirma que a escola enxerga os alunos a partir de uma visão homogeneizadora e estigmatizadora, diferente de considerá-los plurais. E por enxergar os sujeitos dessa maneira, não consegue perceber que eles são sujeitos de direito – direito à cultura, à própria identidade, aos desejos, visto que a escola já tem uma proposta que foi construída historicamente ao longo de séculos, uma proposta de sociedade burguesa, elaborada pelo homem europeu, branco e hétero.

Arroyo (2014) nos fala dos “Outros”, sujeitos empobrecidos, oprimidos, aliados do acesso aos direitos básicos – o pobre, o negro, o periférico, o homoafetivo – os que não conseguem se adequar às normas de uma sociedade capitalista. Então, cabe questionar: como é que a escola enxerga esses sujeitos marginalizados, empobrecidos? Segundo a palestrante, a escola os enxerga com o olhar assistencialista, moralizante, ao invés de enxergá-los em suas diferenças, em suas peculiaridades, e com direito a uma educação que leva em consideração as suas necessidades.

Contudo, não podemos deixar de reconhecer as resistências que os profissionais da educação vêm desenvolvendo nos últimos anos, como também não podemos deixar de registrar os efeitos que a política de transferência de renda vem proporcionando aos beneficiários do Programa Bolsa Família, por exemplo. Assim, ao invés do assistencialismo, da ajuda humanitária/religiosa por meio de doações, de cestas básicas, de trocados, é preciso trazer ao debate a pauta do PBF, fortalecendo não só a política, como também os sujeitos beneficiários.

### Uma escola mais inclusiva e significativa para os sujeitos empobrecidos há de ser:

- Uma escola que dê centralidade aos sujeitos;
- Uma escola que acolha a diversidade;
- Uma escola que dialogue com o território;
- Uma escola comprometida com a transformação social.

A palestrante/convidada traz à reflexão dos cursistas o vídeo “Ciço”, disponível no link <<https://www.youtube.com/watch?v=JkaEf362mtE>>, em que encontramos considerações importantes sobre o que significa a palavra educação, que na fala do Ciço ganha diferentes sentidos – “para determinadas classes, é sinônimo de escola; mas, para Ciço, proveniente de uma camada popular, é sinônimo de trabalho” (LEITE, 2015, p. 7).



“É necessário reconhecer que a educação vai além da escola; ela é mais ampla e abrangente. Nossa educação acontece no trabalho, na família, nas rodas de viola, nas Folias de Reis, na luta pela sobrevivência. Acreditar que educação seja sinônimo de escola é desconsiderar processos formativos presentes nas práticas sociais de muitos coletivos que, apesar de pouco escolarizados, são bastante educados. É o saber esparramado ao qual Ciço faz referência, reforçando que nele não há um estudo, mas sim um saber” (LEITE, 2015, p. 7).

“[...] Então quer dizer que é assim: tem uma educação – que eu nem sei como é que é mesmo o nome que ela tem – que existe dentro do mundo da roça, entre nós. Agora, tem uma – essa é que se chama mesmo ‘educação’ – que tem na escola. Essa que eu digo que é sua” (LEITE, 2015, p. 8).

Fonte: Curso de Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social - Módulo III. Disponível em: <<http://egpbf.mec.gov.br/modulos/pdf/modulo3.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2019.

É preciso registrar que a escola não é o antídoto para a salvação da sociedade, mas ela pode trazer muitas contribuições para a transformação dos sujeitos empobrecidos, marginalizados. Autores como Yannoulas (2017), Arroyo (2015), Silva (2008), Cararo (2015), Duarte (2012), entre outros, defendem essa concepção.



#### O perigo de uma única história

Disponível em: <Chimamanda Adichie: o perigo de uma única história - YouTube>

\* “Escritora nigeriana Chimamanda Adichie trata do que ela chama de história única e dos riscos de se ter somente um olhar – o estereotipado – sobre a diversidade presente no mundo” (LEITE, 2015, p. 68).

## AVALIAÇÃO DO CURSO/FORMAÇÃO

Quanto à avaliação do Curso/Formação **“Pobreza e Educação: um diálogo necessário”**, optamos por fazê-la de forma oral em nosso último encontro em que disparamos a seguinte pergunta: o que foi possível repensar a partir dos debates/reflexões que fizemos sobre a pobreza e a desigualdade social nos processos de democratização do ensino? Buscamos verificar, ainda, como os participantes perceberam o curso e se têm sugestões para outros momentos formativos.

As falas procedentes da questão foram estimulantes para seguirmos em frente. Partimos de um percurso pensado, inicialmente, a partir das vivências concretizadas pela iniciativa EPDS na Ufes e pelos cursos de formação ofertados pelo Geepds/CE/Ufes, o que se somou às experiências dos profissionais no decorrer dos encontros, agregando uma grande riqueza de reflexões e relatos, mas não sabíamos aonde poderíamos chegar.

A consciência política do grupo da escola Admardo nos desafiava a organizar uma formação para além do que já ocorria nesse espaço, afinal, semanalmente, o grupo se reúne para momentos formativos. Vimos que esse propósito estava sendo cumprido a partir das intervenções, das trocas de experiências, dos diálogos, contudo ainda não nos era visível o todo, o efeito manifesto nos relatos. Para nós pesquisadoras, era fundamental afetá-los com a temática democratização do ensino e a categoria “pobreza”.

Os depoimentos dos professores/participantes traduzem o efeito do Curso/Formação como ferramenta de enfrentamento da pobreza e da desigualdade social, a partir da escola Admardo:

Olha, o que eu achei interessante foi a obrigatoriedade de se fazer a cada encontro uma escrita a partir de algumas indagações. E essa escrita força uma reflexão do que foi apresentado, do que foi visto. Então, o que eu achei legal foi justamente isso. Porque uma coisa é você participar dos fazeres, e você, às vezes, não para pra refletir sobre o que foi feito, sobre as conclusões, se as práticas estavam a contento, se os resultados atingidos. No dia a dia a prática às vezes é um pouco corrida, embora [como foi falado pelos colegas], **a nossa escola a gente sempre se reuniu às sextas-feiras e ali a gente tinha um momento de muita conversa, de muita reflexão**, sobre a prática semanal, a gente fazia planejamento para a semana seguinte. Mas, o que eu achei legal foi isso, a questão da gente fazer os relatórios, vamos assim dizer, e aí, ali, a gente ter um momento de pensar sobre aquele encontro que nós tivemos e externar isso escrevendo, fazer uma síntese da sua prática com aquilo que você viu ali. É isso (PROFESSOR 6, grifo nosso).

Eu gostei bastante do curso. Os professores que falaram, pra mim foram excelentes [...]. Uma frase que o professor Itamar fez. Ele falou pra gente não dar voz ao aluno, porque a voz ele já tem, é pra gente deixar ele falar. Isso aí foi o que ficou na minha cabeça e está martelando até hoje e isso **na escola Admardo, ao meu ver, a gente dá essa condição do aluno falar, deixa eles falarem**. Aí, comparando com as outras escolas que eu já passei essa “dar a voz ao aluno, deixar ele falar” quase não se tem isso, quando tem é muito pouco. Só isso mesmo (PROFESSOR 7, grifo nosso).

Bom, em termos assim de escola... **nós somos uma escola diferente que aí temos que fazer essa consideração que a gente já tem uma prática de formação**. Qual foi o diferencial dessa formação? Como eu tinha dito antes, foi trazer pessoas da universidade, mas pessoas que eram ao mesmo tempo da universidade, com uma prática que não só a acadêmica, que tinham movimentos sociais, que tinham uma história... então... eu corro o risco de não falar de todos, mas aí as mais conhecidas, por exemplo, você trazer a Marlene Cararo e sabendo o que ela fez, isso dá um peso muito grande. Você trazer o João José, entre outros, isso é muito importante. Ele não era um estudioso. Essas pessoas, eram pessoas que tinham toda uma prática, tinham um fazer, tinham um fundamento. Eu acho que é muito importante que nesse momento a gente fale pra reconquistar e pra conscientizar as mudanças que aconteceram no país no momento em que, eu vou chamar de que a esquerda tomou, desde aquele momento até hoje, porque, vou falar o pobre, o pobre, pobre mesmo, [...] ele não desceu a periferia, ele não desceu o morro em luta, não, vai acabar com o que nós temos conquistado, ele não conseguiu perceber isso. Então, nós também precisamos nos apropriar dessa discussão com fundamentos. Acho que isso foi muito importante. Eu lembro que assim, trazer números, trazer dados e mostrar, era desse jeito a porcentagem de pessoas pobres, agora está assim e agora ao contrário, o que tinha acontecido de progresso agora está tendo retrocesso, mas em números e não apenas uma discussão, contribui muito. Senão vira um discurso político politiquês e a gente está precisando arranjar uma forma de mostrar isso assim, com fundamentos, com estatística e também com uma linguagem que conquiste. Esses dias eu passei relendo todos os *slides* e achei assim, que foi muito importante pra gente se fundamentar. É isso (PROFESSOR 8, grifo nosso).

A gente tá concluindo hoje aqui e eu estava olhando agora um pouco dos textos que eu andei escrevendo a partir dos encontros que a gente teve com a professora Marlene, João José, Ana Petronetto, Eduardo Moscon, o professor Itamar, e hoje encerrando com a professora Renata. Fica aquele desejo de que esse debate continue, tamanha a importância dessa discussão. A Marlene, ela no primeiro encontro, ela trouxe alguma provocação acerca da pobreza socialmente construída no Brasil que ajuda muita gente a superar esse fatalismo do qual o Paulo Freire tanto falou, sobre o qual ele tanto escreveu. A gente estender essa discussão com os nossos alunos é fundamental, porque mais de uma vez eu fiz essa provocação dentro de sala de aula com nossos estudantes, evidenciando a minha condição de pessoa pobre, porque eu não sou proprietário dos meios de produção, eu não sou originário de nenhuma oligarquia, eu sou um trabalhador, o que eu tenho é a minha força de trabalho. E o quanto isso causou de mal-estar e o quanto esse nó que a gente dá ele possibilita um debate que ajuda a gente a ir desatando os nós subsequentes. E nem sempre a gente consegue dar prosseguimento a esse debate dentro da escola e **olha que a nossa escola ela faz essas discussões, ela permite, ela abre esses espaços, a gente rompe um pouco esses espaços que muitas vezes são enrijecidos**, mas mesmo assim a gente ainda traz. Eu, particularmente, trago uma história de magistério que está sempre cobrando também do meu imaginário, do meu inconsciente também, essa necessidade de cumprir a matéria, essa necessidade de cumprir com o currículo, aquilo que está definido na minha disciplina de artes e que quando eu começo a fazer uma discussão acerca disso eu ouço, às vezes, até o próprio estudante chegar e falar “professor, o senhor não vai ensinar a gente a desenhar não?” (risos). Então, desconstruir todo esse imaginário é extremamente difícil, mas ao mesmo tempo é algo que é necessário. Eu já sou um decano dentro da nossa escola e até hoje eu ainda me deparo com esse desafio de romper com o que está dado. Eu acho que esse curso, ele ajuda a gente a sedimentar um pouco mais esse desejo de que aquilo que a gente defende precisa ser levado adiante. Então, a Denise nos ofereceu essa

possibilidade de participarmos desse curso, levar essa provocação pra dentro da sala de aula. Eu acho que existem, daqui pra frente, possibilidades de se pensar, quem sabe, em novos encontros, trazendo os estudantes pro debate. Eu acho que é possível que muitos deles alcancem essa discussão. E por último, eu queria só acrescentar aqui aquele monólogo do Ciço que me deu a impressão dele ser um artista fazendo um monólogo. Eu fiquei tocado por aquela fala dele, eu não sei se ele é um artista, eu não conhecia, nunca vi antes e fiquei muito tocado com aquelas palavras e eu anotei muita coisa do que ele falou aqui, são falas extremamente significativas, belas. Então, eu acho que o curso foi muito bom e fechou hoje com esse monólogo do Ciço que foi qualquer coisa de espetacular. Meus parabéns, Denise, professora Renata, Shellen que eu vim conhecer nesse curso. Então, foi muito feliz em ter participado desses encontros. Torço pra que surjam outros (PROFESSOR 9, grifo nosso).

Boa noite. Em relação, assim, a todo curso, eu achei que a formação foi de extrema importância para o nosso grupo, **a escola Admardo já traz esses debates nas formações**. Mas, assim, eu penso que as demais escolas, tanto as públicas quanto as particulares, elas precisam discutir mais sobre essa temática da pobreza e desigualdade, afinal, tanto a pobreza e a desigualdade é o resultado da mesma estrutura da nossa sociedade. Eu penso que muitas escolas não têm assumido esse papel de proporcionar esse pleno conhecimento da realidade, inclusive a coerção social desses estudantes. Muitas escolas deixam isso, não dão foco a isso. Eu gostei bastante dos encontros [...]. Então, seria isso, adorei todos os encontros (PROFESSORA 10, grifo nosso).

Eu considerei o curso, apesar do que foi colocado pelos colegas de que **na Admardo a gente tem a possibilidade das formações**, mas o curso da pobreza que você proporcionou pra gente, Denise, me fez ter momentos ímpares de reflexões da minha práxis, porque... até mesmo na posição que a gente ocupa na sociedade. Porque nesse momento político que a gente se encontra a gente fica até um pouco sem força, porque é um momento político extremamente complexo e esse curso vem fazer, dar uma sacudida na gente. Alguns questionamentos que a gente tem na cabeça e se a gente não tomar conta da gente e não prestar atenção acontece o que [a colega] falou, a gente acaba mergulhando nessa castração e fazendo parte dela também na escola. Porque nós temos que estar muito atentos a tudo que está ao nosso redor e, às vezes, a gente se encontra sozinha, assim como o [professor] disse que se sentia sozinho na escola onde ele estava. Isso não acontece na Admardo, mas em outros espaços sim, acontece, de a gente se sentir um pouco só. Então, esse curso pra mim ele foi um repensar, foi um sacudir na minha práxis, na minha posição e eu adorei, achei ele excelente com as reflexões, com todos os professores que vieram pra conversar com a gente, foi um curso que fez a gente se sentir um pouco mais forte. Porque a gente está sempre resistindo pra poder transformar é o que a gente tem que estar fazendo. Então, quando nós estamos juntos nesse mesmo pensar, a gente consegue resistir melhor, sozinho fica muito complicado, então a gente deve ficar juntos. E esse curso veio fazer isso, mudar essa força, esse sacudir no pensar. É isso que eu senti, foi muito bom, gostei muito (PROFESSORA 11, grifo nosso).

Vocês perceberam, eu acho, a gente sempre retoma numa fala, que ficou impactado comigo, foi a questão de nos percebermos pobres; os alunos não se percebem pobre e quando se traz a temática pra eles... assim, isso gerou uma discussão dentro da sala de aula que levou quase uma aula toda [...] ela ficou gerando e a questão dos embates que houveram no decorrer devido à frase/pergunta: você é pobre? E uma simples frase desencadeou pra vários outros assuntos relacionados à pobreza e aí podemos apresentar os dados pra eles, o que é ser pobre... formalizado mesmo, assim, “olham aqui, nós estamos nessa categoria, aqui assim...”, inclusive eu sou pobre e eles não conseguem enxergar isso... e, assim, levou uma discussão muito legal em relação a isso, isso devido ao curso. E nós temos uma prática muito legal, entre aspas, de nós falarmos bem ou mal depois, é assim que a gente funciona [...]. E o que acontece? Os nossos encontros, geralmente a gente comentava: “pô, fulano foi bem, fulano foi mal”. Assim, a maioria dos nossos encontros só sucesso, a questão das falas, os nossos debates depois relacionados ao que foi apresentado pra gente. **O que foi falado aí, a Admardo já tem essa prática**, então eu sempre, todas as vezes que eu ouvia uma fala, eu traduzia isso pra uma outra escola, deslocava pra outro espaço. Não, eu pensava, oh merda, por que será que essas pessoas estão falando pra eeeeeessa escola que eu estou dando aula de manhã? Por que não falar pra aquele grupo de professores que resolvem reprovar no pacote, que eles falam assim “vamos reprovar logo pra acabar logo o conselho”. Caramba! Porque essa fala tem que ser na Admardo, **nós já temos esse conhecimento, já temos assim, essa questão dessa prática**, fica a sugestão no sentido assim, esse curso tem que ir pra fora, tem que ir pra outros lugares. Assim, as escolas experimentarem isso aí. E eu acho que é isso. Essa aí é minha avaliação, pra mim foi 10 o curso (PROFESSOR 12, grifo nosso).

Eu queria agradecer, eu que sou professora e pedagoga da Educação Infantil, foi uma oportunidade ímpar de estar com vocês, aprendi muito com esse grupo da Admardo, realmente é uma escola que faz toda a diferença.

Esse movimento formativo que vocês já têm consolidado mostra o quanto que o diálogo, a ideia, a compreensão de uma coletividade, de uma produção coletiva, movem outros modos de pensar, de agir na Educação e na Educação de Jovens e Adultos. Então eu aprendi muito com vocês e queria agradecer, eu acho que esses encontros possibilitaram muitas aprendizagens, o [professor] faz reflexões muito profundas com relação à religiosidade, ao trabalho com a juventude, esse olhar pra música, pra arte, pra dança, mas principalmente... porque a gente vê isso muito marcado, [...], na Educação Infantil a questão religiosa e um olhar religioso, neopentecostal que está muito forte, muito presente e eu falava isso com Renata é algo que me preocupa, a divisão em relação às crianças pela condição de gênero, então meninas brincam de uma coisa, meninos brincam de outra e a gente não pode colocar junto, isso a gente se deparou quando a gente fez essa formação sobre infâncias e pobreza e num lugar tão próximo que a gente fez justamente aí no Cans que fica pertinho de vocês. Então, eu aprendi muito. [...], fome de beleza ficou marcado pra mim, eu que gosto, eu utilizei isso também na dissertação, trouxe a música, a arte como forma de expressão de manifestação dessas desigualdades sociais tão presentes. Então essa frase ficou marcada. [...], concordo com você plenamente. Nós primeiro, professores, precisamos nos ver pobres pra poder levar essa discussão aos nossos alunos, os estudantes. Então, essa discussão é pertinente pra todo o município e a gente precisa realmente levar e ampliar esse debate e a gente vai movendo outros pensamentos e vai trazendo mais força pra esse olhar, pra pobreza no currículo. O que foi até o que eu mencionei ontem, não é Renata? Enquanto a gente não olhar pra pobreza no currículo a gente vai continuar reproduzindo modelos hegemônicos, processos de exclusão, processos de seleção, do olhar para o sujeito culpabilizando ele pela condição que é uma condição pro sistema. Fruto de decisões políticas, decisões econômicas de um sistema que é o capitalismo. Então assim, eu agradeço muito por ter encontrado com vocês... [...]. É isso (PROFESSORA 13).

Eu gostei muito do curso, eu acho que no momento em que eu comecei a fazer a escrita das atividades, tentar pensar sobre as questões que foram colocadas, eu fui retomando as anotações dos encontros em que eu estive presente e aí, como eu fui fazer as atividades agora, não tive condição de ter feito antes, teve muito significado pra mim. A gente antes falava da questão da pobreza e educação, mas aí com esse evento, essa situação do isolamento, da pandemia, com os debates na escola em relação a essa educação remota eu fui fazendo aquelas leituras, as minhas anotações, com um outro olhar. E aí algumas fichas acabaram caindo de uma forma diferente do que eu tinha percebido no momento antes do isolamento, no momento lá da escola, nos momentos das escutas das formações. E aí, **a escola Admardo a gente tem assim, uma vivência muito maior, essas coisas acho que são melhor digeridas na escola Admardo por conta das nossas práticas**, mas o meu incômodo maior surgiu em relação à escola onde eu atuo de manhã, que é em Jardim da Penha, e embora seja Jardim da Penha é uma escola que atende muitos estudantes, em sua maioria de bairro da periferia de Vitória, e aí eu fui me vendo nas coisas que eu fui anotando, nas escritas que eu fui fazendo pra responder as atividades. Eu percebi o quanto que a escola é castradora no sentido de ignorar, de não valorizar esses saberes dos estudantes pobres, desse estudante que não tem essa vivência cultural que é valorizada pela elite. E aí eu fui vendo assim, os tempos das aulas, a hierarquização das disciplinas, a preocupação excessiva com disciplina, com a indisciplina. O quanto que muita coisa na escola ela limita a ação a partir do que os estudantes querem, aquilo que eles desejam e por conta disso também a gente acaba que, por uma questão de conforto, de comodismo talvez, acaba se adequando a práticas que são valorizadas pela elite, que não é a maioria ali naquela escola. Mas o curso pra mim assim, achei muito bacana, acrescentou muito pra mim. Valeu (PROFESSORA 14, grifo nosso).

Das avaliações realizadas, podemos inferir que o Curso/Formação cumpriu com o seu propósito de debater a categoria pobreza (enquanto uma construção social, política e histórica), provocando, nos participantes, reflexões sobre como a escola vem compreendendo e/ou pensando a pobreza no cotidiano do fazer pedagógico, assim como sobre as possibilidades de seu enfrentamento.

Os profissionais/participantes do curso de extensão compartilham a ideia de que a escola Admardo cumpre com a função social de acolher os estudantes, de ouvi-los, de devolver-lhes a humanidade roubada. Não há divergências quanto a isso. No entanto, é preciso problematizar: que outras ações de enfrentamento à pobreza e à extrema pobreza podem ser

elaboradas/reivindicadas/praticadas para que os estudantes empobrecidos, marginalizados, negros, periféricos, invisibilizados sejam pautados nas instâncias deliberativas de governo e políticas públicas possam ser implementadas em favor desses grupos?

Lançamos essa pergunta para a busca de respostas em novos cursos, em outros encontros...

## **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

No decorrer do Curso/Formação “Pobreza e Educação: um diálogo necessário”, o interesse dos profissionais envolvidos foi mais que perceptível, nos dando a certeza da qualidade do projeto que estava sendo desenvolvido em parceria com os professores convidados. A cada encontro, o encantamento com a temática central “pobreza, desigualdade social e democratização do ensino” era traduzido nos debates, entre os questionamentos, as reflexões e os relatos trazidos e inferidos junto aos colegas da escola Admardo. A partir dos encontros formativos, observamos a compreensão dos profissionais participantes sobre a condição de ser “pobre” – para além do recorte econômico, avançando para a compreensão de privação de acesso aos bens culturais e de negação de direitos.

Esse debate, ainda que presente nas realidades institucionais, não tem sido contemplado e problematizado nos espaços de formação, seja na escola Admardo, na Seme ou mesmo na universidade. No entanto, a aproximação com os profissionais do campo da pesquisa acadêmica e dos movimentos sociais nos permite ampliar os horizontes, entendendo as questões relacionadas ao campo político, social, econômico e, fundamentalmente, ao contexto escolar com o qual estamos envolvidos, para além do espaço físico da escola Admardo.

Importa destacar as contribuições advindas das atividades escritas, nos aproximando das realidades vividas e problematizadas em sala de aula, a partir dos encontros formativos. A cada temática trabalhada, o retorno da experiência compartilhada junto aos estudantes da EJA evidencia o quanto de conhecimento as discussões agregam e como se difundem por outros espaços.

Concernente ao processo de democratização do ensino, a participação na formação permite que se evidencie a militância dos profissionais que atuam na escola Admardo na defesa da EJA como um todo (com base em seu processo histórico) e da escola pública democrática, pensada para acolher uma população invisibilizada, discriminada e marginalizada social, cultural, econômica e politicamente, como uma ação empreendida, os profissionais destacam a

importância de se considerar os contextos empobrecidos dos estudantes nos processos de ensino-aprendizagem e na relação com o currículo.

Por fim, consideramos que a ação formativa atinge os objetivos propostos, pois entendemos que o debate sobre os processos de democratização do ensino, considerando os contextos sociais de vida dos estudantes da escola Admardo, está ampliado e enriquecido. Esse percurso, sem dúvidas, leva os envolvidos à compreensão da importância de reflexões sobre a temática da pobreza e da desigualdade social nas escolas públicas, como possibilidades de enfrentamento dessas condições e para que a permanência e a qualidade do ensino sejam também garantidas em sua plenitude.

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. *In*: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni; VENTURI, Gustavo. (Org.). **Retratos da juventude brasileira**: análise de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania; Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 37-72.

AMARAL, Daniela Patti do. A gestão democrática das escolas como referencial político, educativo e simbólico: entrevista com o professor Licínio Lima. **Movimento-Revista de Educação**, Niterói, ano 8, n.8, jan./jun. 2018, p. 244-256. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/32655/18790>>. Acesso em: 13 fev. 2020.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Pobreza, Desigualdades e Educação. *In*: BRASIL. Ministério da Educação. Material Didático Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social. **Módulo Introdutório** [Recurso eletrônico on-line]. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://egpbf.mec.gov.br/modulos/pdf/intro.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2019.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Pobreza, Desigualdades e Educação. *In*: BRASIL. Ministério da Educação. Material Didático Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social. **Módulo IV** [Recurso eletrônico on-line]. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://egpbf.mec.gov.br/modulos/pdf/modulo4.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2019.

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Imagens quebradas**: trajetórias e tempos de alunos e mestres. Petrópolis: Vozes, 2004.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (Org.). **A questão política da educação popular**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Brasil de Fato (BdF) Entrevista Tereza Campello. **Projeto de desconstrução do Brasil**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=wNNCuyFHgq4&t=108s>>. Acesso em: 5 dez. 2019.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social. **Manual de Gestão do Programa Bolsa Família**. 3. ed. Brasília. 2018. Disponível em: <<https://central3.to.gov.br/arquivo/408993/>>. Acesso em: 1 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Material Didático Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social. **Módulo IV** [Recurso eletrônico on-line]. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://egpbf.mec.gov.br/modulos/pdf/modulo4.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Material Didático Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social. **Módulo III** [Recurso eletrônico on-line]. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://egpbf.mec.gov.br/modulos/pdf/modulo3.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Material Didático Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social. **Módulo II** [Recurso eletrônico on-line]. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://egpbf.mec.gov.br/modulos/pdf/modulo2.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Material Didático Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social. **Módulo I** [Recurso eletrônico on-line]. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://egpbf.mec.gov.br/modulos/pdf/modulo1.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Material Didático Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social. **Módulo Introdutório** [Recurso eletrônico on-line]. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://egpbf.mec.gov.br/modulos/pdf/intro.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2019.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências**. Brasília, 2014.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: MEC, MJ, UNESCO, 2013.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 2 jul. 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Capítulo III - Da educação, da cultura e do desporto - Seção I - Da educação.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. **Dados do Bolsa Família**. Brasília: MDS. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/bolsafamilia/relatorio-completo.html>>. Acesso em: 7 nov. 2019.

CARARO, Marlene de Fátima. **Educação, Pobreza e Desigualdade Social**. Curso de Extensão: Pobreza e Educação: um diálogo necessário. Palestra. Vitória, 2019.

CARARO, Marlene de Fátima. **O programa mais educação e suas interfaces com outros programas sociais federais no combate à pobreza e à vulnerabilidade social: intenções e tensões.** Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória. 2015, Disponível em: <<http://repositorio.ufes.br/handle/10/1920>>. Acesso em: 10 out. 2019.

CARNEIRO, Carla Bronzo Ladeira. **Programas de proteção social e superação da pobreza: concepções e estratégias de intervenção.** Tese (Doutorado em Ciências Humanas: Sociologia e Política) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2005.

CASTEL, Robert. **A insegurança social: o que é ser protegido?** Petrópolis: RJ, Vozes, 2005.

CIÇO. Adaptação da entrevista do lavrador Antônio Cícero de Sousa, o Ciço, concedida a Carlos Rodrigues Brandão no sul de Minas Gerais. *In: BRASIL. Ministério da Educação. Material Didático Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social. Módulo III* [Recurso eletrônico on-line]. Brasília, 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=JkaEf362mtE>>. Acesso em: 10 out. 2019.

CUNHA, Rosani. Transferência de Renda com Condicionalidade: a Experiência do Programa Bolsa Família. *In: Conceção e Gestão da Proteção Social Não Contributiva no Brasil.* MDS, UNESCO, 2009.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A gestão democrática na escola e o direito à educação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v.23, n.3, set./dez. 2007, p. 483-495. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/rbpa/article/view/19144/11145>>. Acesso em: 13 fev. 2020.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, set./dez. 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a04.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2020.

DUDH. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Nações Unidas do Brasil. 1948. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/>>. Acesso em: 7 nov. 2019.

ESCOLA Eldorado. Direção: Victor Lopes. Brasil: TV Zero, 2008. 1 documentário (11,08 min). (Projeto Marco Universal). *In: BRASIL. Ministério da Educação. Material Didático Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social. Módulo II* [Recurso eletrônico on-line]. Brasília, 2015. Disponível em: <[https://www.youtube.com/results?search\\_query=escola+eldorado](https://www.youtube.com/results?search_query=escola+eldorado)>. Acesso em: 10 out. 2019.

FERNANDES, Maria Dilnéia Espíndola. **Gestão democrática da educação no Brasil: a emergência do direito à educação.** Curitiba: Appris, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos.** São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **A Educação na Cidade.** São Paulo: Cortez Editora, 1991.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- FREIRE, Paulo; MACEDO, Donaldo. **Alfabetização: leitura do mundo leitura da palavra**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994.
- GADOTTI, Moacir. **O projeto Político Pedagógico da escola na perspectiva de uma educação para a cidadania**. Conferência Nacional de educação para todos. Texto Debate. 1994.
- GEORGES, Rafael. **Nós e as desigualdades: pesquisa Oxfam Brasil / Data Folha – percepções sobre as desigualdades no Brasil**. In: MAIA, Katia (Org.). Oxfam Brasil, 2019.
- GEORGES, Rafael. **País estagnado: um retrato das desigualdades brasileiras**. In: MAIA, Katia (Org.). Oxfam Brasil, 2018.
- GEORGES, Rafael. **A distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras**. In: MAIA, Katia (Org.). Oxfam Brasil, 2017.
- GIMENO SACRISTÁN, José. **A educação obrigatória: seu sentido educativo e social**. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- GIMENO SACRISTÁN, José. **O aluno como invenção**. Porto Alegre: Artmed, 2005
- HERKENHOFF, João Batista. **ABC dos direitos humanos**. Vitória: Secretaria Municipal de Cidadania, Direitos Humanos e Trabalho. 2018.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2018**. Rio de Janeiro: IBGE. 2018. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf>>. Acesso em: 7 nov. 2019.
- IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da Violência 2019**. Brasília: Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio\\_institucional/190605\\_atlas\\_da\\_violencia\\_2019.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf)>. Acesso em: 7 nov. 2019.
- KRAWCZYK, Nora. A gestão escolar: um campo minado. Análise das propostas de 11 municípios brasileiros. **Educ. Soc.** [online]. 1999, vol.20, n.67, p. 112-149.
- LEITE, Lúcia Helena Alvarez. Escola: espaços e tempos de reprodução e resistências da pobreza. In: BRASIL. Ministério da Educação. Material Didático Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social. **Módulo III** [Recurso eletrônico on-line]. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://egpbf.mec.gov.br/modulos/pdf/modulo3.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2019.
- LEITE, Lúcia Helena Alvarez; OLIVEIRA, Fernanda Silva de. **A atualidade do pensamento de Paulo Freire e sua contribuição para a educação no Brasil**. Paideia, ano 9, n. 13, jul./dez. 2012, p. 43-56.
- LEITE, Izildo Correa. **Desconhecimento, piedade e distância: representações da miséria e dos miseráveis em segmentos sociais não atingidos pela pobreza**. Tese (Doutorado em Sociologia)

- Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2002.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo**. 3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MATIAZZI, Shellen de Lima. **Avaliação da aprendizagem na Educação Infantil e os contextos de vida de crianças empobrecidas na cidade de Vitória-ES**. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020. Disponível em: <[http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese\\_14717\\_01.%20Vers%E3o%20final%20da%20disserta%E7%E3o.pdf](http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_14717_01.%20Vers%E3o%20final%20da%20disserta%E7%E3o.pdf)>. Acesso em: 19 out. 2020.

MENDONÇA, Erasto Fortes. Pobreza, Direitos Humanos, Justiça e Educação. *In*: BRASIL. Ministério da Educação. Material Didático Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social. **Módulo II** [Recurso eletrônico on-line]. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://egpbf.mec.gov.br/modulos/pdf/modulo2.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2019.

MOLL, Jaqueline. A agenda da educação integral: compromissos para sua consolidação como política pública. *In*: MOOL, Jaqueline et al. **Caminhos da Educação Integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos**. Porto Alegre: Penso, 2012.

MOUFFE, Chantal. **El retorno de lo político**. Barcelona: Paidós, 1999.

OLIVEIRA, Eduardo Augusto Moscon. **Gestão Escolar e Democratização do Ensino**. Curso de Extensão: Pobreza e Educação: um diálogo necessário. Palestra. Vitória, 2020.

OLIVEIRA, Eduardo Augusto Moscon. **Descentralização e autonomia no contexto da Gestão democrática da escola Pública**, 1997. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória. 1997.

OLIVEIRA, Francisco de. Uma alternativa democrática ao liberalismo. *In*: **A democracia como proposta**. Rio de Janeiro: IBASE, 1991, p. 77-92.

OLIVEIRA, João Ferreira; DOURADO, Luiz Fernandes. MORAES, Karine Nunes de. 2.1. Gestão escolar democrática: definições, princípios e mecanismos de implementação. *In*: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica Pública**, 2006. Disponível em: <[http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem\\_pedagogica/fev\\_2014/NRE/5\\_gestao\\_escolar\\_democratica\\_definicoes\\_principios\\_mecanismo\\_implementacao.pdf](http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem_pedagogica/fev_2014/NRE/5_gestao_escolar_democratica_definicoes_principios_mecanismo_implementacao.pdf)>. Acesso em: 13 fev. 2020.

PEQUENO, Marconi. O fundamento dos direitos humanos. *In*: ZENAIDE, Maria de Nazaré *et.al.* (org.) **Direitos Humanos: capacitação de educadores. Fundamentos históricos-filosóficos e político-jurídicos da Educação em Direitos Humanos**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2008, p. 29-34. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=2186-dirhumanos-volume1-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2186-dirhumanos-volume1-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 7 de nov. 2019.

QUINO, Joaquín Salvador Lavado Badger. **Toda Mafalda**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

RABENHORST, Eduardo R. O que são direitos humanos. *In*: ZENAIDE, Maria de Nazaré *et.al.* (org.) **Direitos Humanos: capacitação de educadores. Fundamentos históricos-filosóficos**

e político-jurídicos da Educação em Direitos Humanos. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2008, p. 13-22. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=2186-dirhumanos-volume1-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2186-dirhumanos-volume1-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 7 de nov. 2019.

RAVITCH, Diane. **Vida e Morte do Grande Sistema Escolar Americano**: como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação. Porto Alegre: Sulina, 2011.

REGO, Walquiria Leão; PINZANI, Alessandro. Pobreza e Cidadania. *In*: BRASIL. Ministério da Educação. Material Didático Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social. **Módulo I** [Recurso eletrônico on-line]. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://egpbf.mec.gov.br/modulos/pdf/modulo1.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2019.

REGO, Walquiria Leão; PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família**: autonomia, dinheiro e cidadania. São Paulo: UNESP, 2013.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O Currículo**: uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SANA, João José Barbosa. **Direitos Humanos e Pobreza**. Curso de Extensão: Pobreza e Educação: um diálogo necessário. Palestra. Vitória, 2019.

SARMENTO, Manuel Jacinto. As culturas da infância nas encruzilhadas da segunda modernidade. *In*: SARMENTO, Manuel Jacinto; CERISARA, Ana Beatriz. (Org.). **Crianças e miúdos**: perspectivas sociopedagógicas da infância e educação. Porto: ASA Editores, 2003.

SEN, Amartya. **Desigualdade reexaminada**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SERPA, Ana Maria Petronetto. **Políticas Sociais e Educação**. Curso de Extensão: Pobreza e Educação: um diálogo necessário. Palestra. Vitória, 2019.

SEVERINAS. Direção: Eliza Capai. Realização: Agência Pública. BRASIL: Microbolsas, 2013. 1 documentário (10 min). *In*: BRASIL. Ministério da Educação. Material Didático Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social. **Módulo I** [Recurso eletrônico on-line]. Brasília, 2015. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=\\_Rn7GF-u1tw](https://www.youtube.com/watch?v=_Rn7GF-u1tw)>. Acesso em: 10 out. 2019.

SILVA, Itamar Mendes da. **Gestão Democrática**. Curso de Extensão: Pobreza e Educação: um diálogo necessário. Palestra. Vitória, 2020.

SIMÕES, Renata Duarte. **O Debate sobre Pobreza em Contextos Educacionais**. Curso de Extensão: Pobreza e Educação: um diálogo necessário. Palestra. Vitória, 2020.

SIMÕES, Renata Duarte. Os impactos da pobreza na educação escolar. *Jornal Pensar a Educação em Pauta*, Faculdade de Educação - UFMG, v. 184, p. 1 - 1, 24 nov. 2017. Disponível em: <<https://pensaraeducacao.com.br/pensaraeducacaoempauta/os-impactos-da-pobreza-na-educacao-escolar/>>. Acesso em: 11 dez. 2020.

SILVA, Mauricio Roberto da. Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania - Entrevista realizada com Alessandro Pinzani. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 16, n. 32, jan./jul, 2014, p. 207-216. Disponível em:

<<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/2730/1554>>. Acesso em: 10 out. 2019.

SOUZA, Pedro H. G. Ferreira de; OSORIO, Rafael Guerreiro; PAIVA, Luis Henrique; SOARES, Sergei. Os efeitos do Programa Bolsa Família sobre a pobreza e a desigualdade: um balanço dos primeiros quinze anos. *In*: SILVA, Tiago Falcão (Org.). **Bolsa Família 15 Anos (2003-2018)**. Brasília: Enap, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/3647>>. Acesso em: 12 nov. 2019.

TAVARES, Gilead Marchezi *et al.* A produção de meninos de projetos e acontecimentos no percurso. **Psicologia & Sociedade**, vol. 23, n. 1, 2011, p. 94-102.

TAVARES, Maria das Graças Medeiros. **Gestão democrática do ensino público**: como se traduz esse princípio. 1990. Dissertação (Mestrado em Educação) - FGV/IEAE/DASE. Rio de Janeiro. 1990.

YAZBEK, Maria Carmelita. Serviço Social e pobreza. **Rev. Katálysis**, Florianópolis, v. 13, n. 2, 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rk/v13n2/01.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2019.